

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais



Crianças & **adolescentes** **indicadores sociais**

Ana Lucia Saboia - Coordenadora
Helena Castello Branco
Maria Isabel Parahyba
Rosa Maria Ribeiro da Silva

ISSN 0103 – 4 4 4 8

Crianç. Adolesc. Indic. Soc.	Rio de Janeiro	v.2	p.1-74	1988
---------------------------------	----------------	-----	--------	------

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE - 1990

ISSN 0103 - 4448

Para maiores informações dirigir-se ao
Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Rua General Canabarro, 666 - Bl.A - 2º andar - Maracanã
Tel.: 228-9575 e 234-2043, R. 280/281
CEP 20271 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Para informações Metodológicas dirigir-se ao
Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais
Rua Visconde de Niterói, 1246 - Bl.B - 11º andar - Mangueira
Tel.: 248-3191 e 284-6674 - Telex: 2131018 - Fax: 0055.021.2645099
CEP 20941 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Capa

Carlos Alberto Passos Cabral - CDDI - Departamento de Editoração

Crianças e adolescentes: indicadores sociais/Fundação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. -
V. 1 (1987)- .- Rio de Janeiro: IBGE, 1989-
v.
Anual
ISSN 0103-4448

Elaborado por Ana Lucia Saboia - coordenadora, Helena
Castello Branco, Maria Isabel Parahyba, Rosa Maria Ribeiro
da Silva.

1. Crianças - Brasil - Estatística. 2. Adolescentes -
Brasil - Estatística. I. IBGE.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/89-20 rev.

CDU 312.9-053.2/.6

Apresentação



Este boletim é o segundo de uma série que se pretende publicar para divulgar dados sobre as condições de vida de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) no Brasil.

Tais dados fazem parte de um sistema de informações geradas por diferentes fontes produtoras de estatísticas básicas: IBGE, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

O Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA -, iniciado em 1987, é resultado do interesse e do esforço de integração dos membros pertencentes a sua Comissão Nacional, que vem possibilitando a continuidade desse trabalho.

Vale ressaltar que foi fundamental o apoio de Rubem Cervini - consultor do UNICEF - para a realização desta publicação. Também do UNICEF contou-se com a colaboração de Isis Kallfelz.

A equipe de redação é constituída por técnicos do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - DEISO - Ana Lucia Saboia, Rosa Ribeiro da Silva, Helena Castello Branco e Maria Isabel Parahyba. Contou-se também com a colaboração de Luiz Antônio de Oliveira, Celso Simões, Mario Monteiro e Valéria Rezende C. Ferreira. O desenvolvimento, implantação e execução do plano tabular dos dados da PNAD foram realizados por João Raposo Belchior.

O preparo final da publicação ficou a cargo dos técnicos da Divisão de Coordenação e Sistematização sob a coordenação de Gercy América do Sacramento e a programação visual foi realizada pela Divisão de Processamento de Textos e Imagens, ambas do DEDIT, ficando a criação e elaboração dos gráficos sob a responsabilidade do DEISO.

Sumário



Apresentação

Introdução

Conceitos utilizados

Dados gerais

Família e rendimento

Mortalidade infantil

Condições do domicílio

Situação Educacional

Trabalho

Dados absolutos - PNAD

Lista de tabelas disponíveis

Introdução



Teve início em fins de 1987 a construção de um sistema integrado de estatísticas básicas sobre a criança e o adolescente, tomando como base dados oriundos de fontes produtoras de estatísticas oficiais. Neste sentido, foi criado um grupo de trabalho interinstitucional com representantes do IBGE, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Educação, FUNABEM - atual CBIA -, Ministério da Saúde e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Deste trabalho nasceu em 1989 o **SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SINCA** -, que conta com uma Secretaria Executiva a cargo do IBGE/Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - DEISO - e com uma Comissão Nacional composta por técnicos das instituições integrantes do sistema.

O objetivo deste sistema é basicamente fornecer informações que permitam traçar um perfil da situação sócio-econômica das crianças e adolescentes brasileiros, analisando entre outros aspectos sua condição na família, sua escolarização e sua inserção no mundo do trabalho.

O primeiro resultado da implantação deste sistema foi a publicação *Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais - Volume I*. Essa primeira publicação ofereceu ao público, numa perspectiva histórica, informações sobre aqueles aspectos da vida da população infanto-juvenil, enfocando os anos de 1981, 1983, 1986 e 1987.

Neste volume, além de fornecer informações relativas ao ano de 1988 para o País como um todo, procura-se fazer uma comparação entre a situação do Sudeste e do Nordeste. Um novo aspecto abordado é o da participação do jovem no mercado de trabalho formal visto através dos dados do Ministério do Trabalho.

Ao reunir, analisar e divulgar conjuntos de informações sobre crianças e adolescentes, acredita-se estar contribuindo para melhor formulação e acompanhamento de políticas sociais voltadas para essa parcela da população.



Conceitos Utilizados:

Taxa de atividade

Relação entre o total de pessoas economicamente ativas (PEA) e a população total.

Taxa de escolarização

Relação entre o número de pessoas freqüentando escola e o total da população para os diversos grupos de idade.

Taxa de evasão imediata

Relação entre o número de alunos afastados por abandono em uma série, durante o ano letivo, e número total de alunos que passaram pelo sistema, cursando aquela série, durante aquele ano.

Taxa de repetência

Relação entre o número de alunos repetentes na série, e a matrícula inicial na série (no ano).

Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA



Comissão Nacional:

Rosa Maria Ribeiro da Silva (Secretária Executiva) - DEISO/IBGE

Ana Lucia Saboia - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Roberto Becker - Ministério da Saúde

Ana Maria de Castro Paula - Ministério da Saúde

Eliseu Francisco Calsing - Coordenadoria de Informações para o Planejamento/Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura/Ministério da Educação - CIP/SEEC/MEC

Jorge Rondelli - Coordenadoria de Informações para o Planejamento/Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura/Ministério da Educação - CIP/SEEC/MEC

Marcia Facchina - Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS

Alfonso Arias - Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS

Eni Barbosa - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

Freda Burger - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

Luigi Bataglia - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA

Emmanuel Vianna dos Santos - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA

Rubem Cervini - Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Esta publicação recebeu apoio financeiro do Fundo da Nações Unidas para a Infância - UNICEF - e da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA.

Dados Gerais

Continua a diminuir a proporção de crianças e jovens no conjunto da população brasileira. Mesmo na Região Nordeste, onde esta proporção ainda é muito elevada, vem ocorrendo na última década uma sensível redução, ocasionada pela aceleração do declínio da fecundidade.



Embora envelhecendo, a população brasileira continua jovem

Em 1988, o Brasil tinha aproximadamente 58 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 0 a 17 anos, representando 41% da população total. Este valor vem confirmar a tendência de redução dessa população, já verificada em 1987 com relação a 1981, 42,1% contra 44,7%. Com relação à situação do domicílio, percebe-se que a população jovem tem maior peso relativo na área rural que na urbana, 47,6% e 39,5%, respectivamente (Gráfico 1).

A comparação com outros países latino-americanos - com base em dados da ONU para 1985 - indica que a população jovem no Brasil (com idade inferior a 19 anos) tem peso ligeiramente inferior ao da maioria dos demais países - 47% - enquanto estes apresentavam proporções em torno de 53%. Alguns países fogem a este padrão, como é o caso da Argentina, Chile, Cuba e Uruguai, com menores proporções, 38% a 41%. Isto se deve basicamente ao fato do processo de transição demográfica, com a redução das taxas de fecundidade, ser um fenômeno que já vem se processando há mais tempo nestes países que nos demais.

Comparando os dados sobre a proporção de crianças e adolescentes residentes nas Regiões Nordeste e Sudeste, pode-se verificar que no Nordeste é bem mais concentrado o número de pessoas de 0 a 17

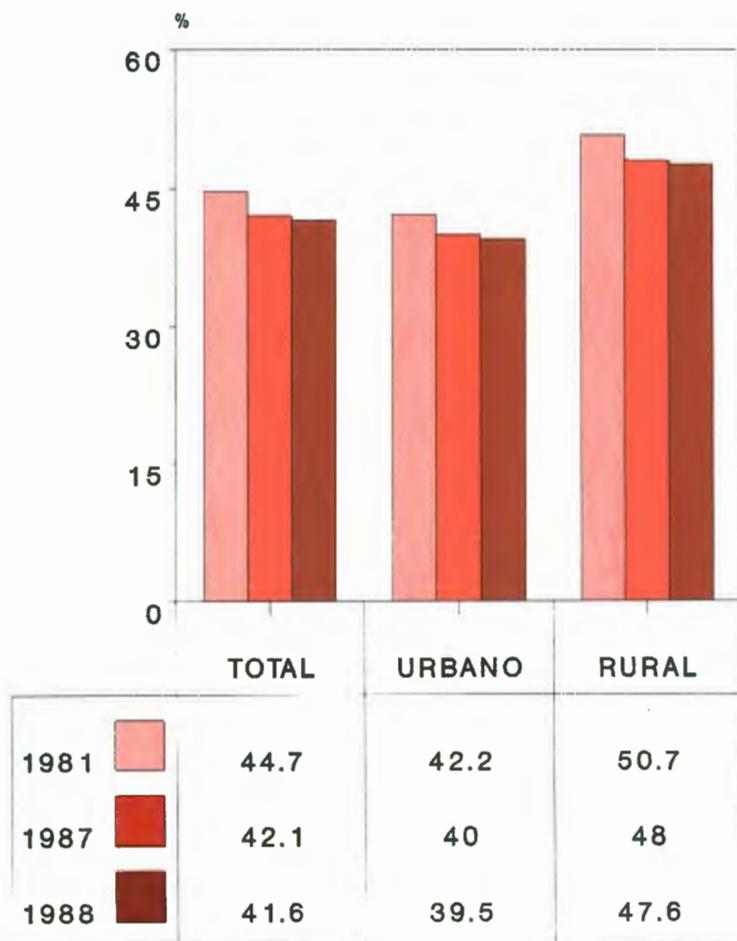
anos - 47,5% - enquanto no Sudeste é de 37,9%. Isto se explica certamente em virtude das taxas de fecundidade historicamente mais elevadas na Região Nordeste que nas demais regiões, além do fenômeno da migração, que reduz significativamente o contingente da população adulta masculina na região. Outro aspecto a ser considerado é que, embora a fecundidade venha diminuindo nas últimas décadas em todo o País, esta queda só recentemente vem ocorrendo com maior intensidade no Nordeste (Gráfico 2).

Em relação à classificação de cor da população de crianças e adolescentes, o grupo que se definiu como branco é o mais freqüente, 51,5% para o total do Brasil. Os pardos representam 43,4%, os pretos 5,1% e os amarelos apenas 0,4%. Comparando-se esses dados com os do Censo Demográfico de 1980, verifica-se que a distribuição da população jovem por cor, em 1988, manteve estrutura semelhante à do início da década (Gráfico 3).

A distribuição dos grupos de cor no Nordeste e no Sudeste apresenta uma maior proporção de brancos no Sudeste (63,7% contra 26,9%). Em relação ao grupo de pretos, as duas regiões apresentam valores próximos, 6,6% e 5,1%. Quanto aos pardos, a situação é inversa à dos brancos, sendo bem mais numerosos no Nordeste que no Sudeste, 68,0% contra 29,7%.

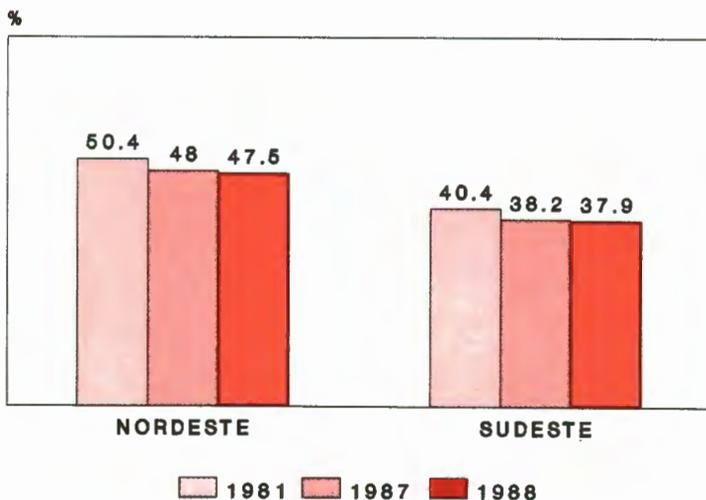


1. População de 0 a 17 anos, segundo a situação do domicílio - Brasil



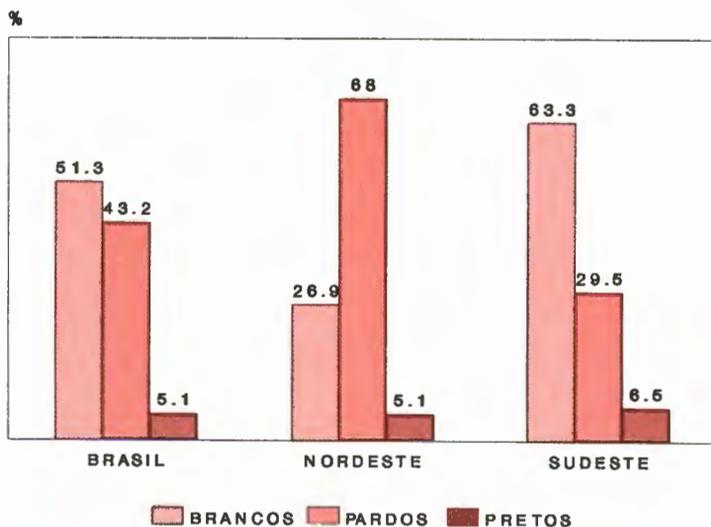


2. População de 0 a 17 anos, segundo algumas Regiões



Fonte: PNAD

3. População de 0 a 17 anos, segundo a cor - 1988



Fonte: PNAD

Família e Rendimento

Mais da metade das crianças e adolescentes brasileiros vive em famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita*.

Na Região Nordeste, a situação é muito pior - mais da metade (52,6%) da população infanto-juvenil vive em famílias cuja renda mensal é de até 1/4 de salário mínimo.

A grande maioria desta parcela da população, tanto no Nordeste quanto no

Sudeste, faz parte de famílias compostas por casal com filhos.



Em 1988, mais da metade das crianças e adolescentes vivia em famílias com rendimento de até 1/2 salário mínimo



Família e Rendimento

A análise da situação sócio-econômica das famílias em que se inserem as crianças e adolescentes para o período 1981/1988 revela a persistência de uma elevada proporção de famílias com nível de rendimento situado abaixo das chamadas linhas de pobreza. É praticamente o mesmo o percentual de pessoas de 0 a 17 anos em famílias com renda mensal familiar *per capita* de até 1/4 de salário mínimo, considerada como situação de pobreza absoluta (30,2% em 1981 e 30,6% em 1988). Já a proporção de crianças e adolescentes em famílias percebendo até 1/2 salário mínimo *per capita* (pobreza relativa) reduz-se de 57,1% para 54,0%. Isto não indica, porém, que tenha ocorrido uma melhora no nível de rendimento familiar, visto que as variações no grau de pobreza são muito sensíveis ao deflator utilizado (Gráfico 4).

Nesta comparação temporal, procurou-se evitar a distorção provocada pela variação do valor real do salário mínimo ocorrida no período. Neste sentido, utilizou-se em 1987 e 1988 o salário mínimo corrigido com o valor real de 1981, tomando-se como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC restrito).

No interior do período 1981/1988 ocorrem oscilações significativas na proporção de famílias situadas abaixo da linha de pobreza relativa. Como é possível observar no Volume I da publicação Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais, que analisa os mesmos dados para os anos de 1981, 1983, 1986 e 1987, ocorreu uma significativa elevação no padrão de rendimento familiar em 1986, em decorrência do advento do Plano Cruzado, tendo, no entanto, logo decaído no ano seguinte, persistindo o movimento de queda em 1988.

A desigualdade regional que historicamente sempre se refletiu na

distribuição de renda entre as Regiões Nordeste e Sudeste manteve-se praticamente inalterada em 1988, sendo mais do que o dobro a diferença entre as proporções de menores residindo em famílias com renda inferior a 1/2 salário mínimo *per capita*: 77,6% no Nordeste e 37,8% no Sudeste. Convém ressaltar ainda o altíssimo índice de pobreza absoluta na Região Nordeste: chega a 52,6% a proporção de crianças e adolescentes residindo em famílias que percebem apenas até 1/4 de salário mínimo *per capita*; já no Sudeste este percentual é bem menor: 17,4% (Gráfico 5).

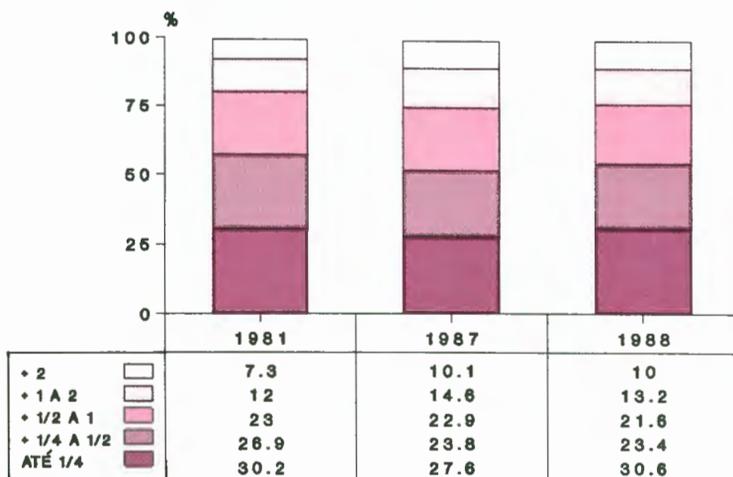
Ao se introduzir a variável cor na análise da distribuição de rendimentos, constata-se que as crianças e adolescentes pretas e pardas residem em famílias nitidamente mais pobres que as brancas. Enquanto 62,3% das primeiras pertencem a famílias com rendimento mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo, no caso das brancas esta proporção é bem inferior, da ordem de 34,4%. Com relação ao percentual de famílias percebendo mais de 2 salários mínimos *per capita*, ou seja, o grupo de famílias com renda mais alta, os diferenciais também são muito elevados: apenas 4,7% dos jovens pretos e pardos pertencem a famílias com este nível de renda, enquanto, no caso dos brancos, esta proporção chega a 19,6% (Gráfico 6).

Quando se consideram nesta análise os tipos de família, constata-se, inicialmente, a existência de condições que acentuam a diferenciação entre os níveis de renda das famílias de crianças brancas, de um lado, e pretas e pardas, de outro. Com efeito, sabe-se que as famílias compostas por casal com filhos possuem nível de renda bastante superior ao daquelas constituídas pela mulher com filhos, como apontado no Boletim anterior.



**Família e
Rendimento**

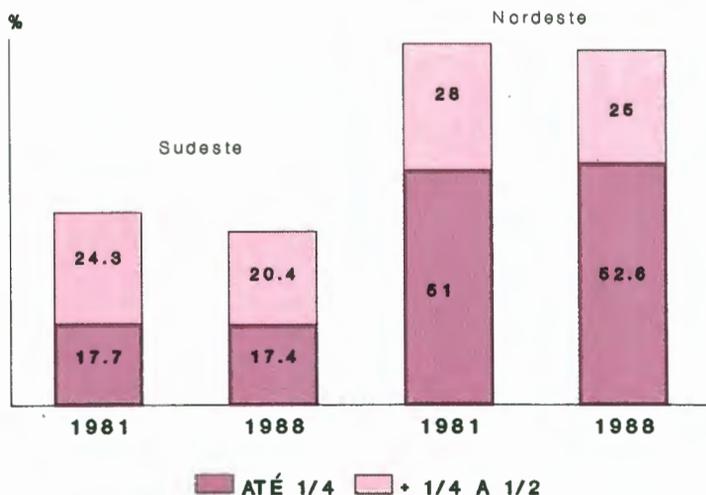
4. Pessoas de 0 a 17 anos por classes de rendimento mensal familiar per capita Brasil(*)



(*) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.

Fonte: PNAD

5. Pessoas de 0 a 17 anos por classes de rendimento mensal familiar per capita(*)

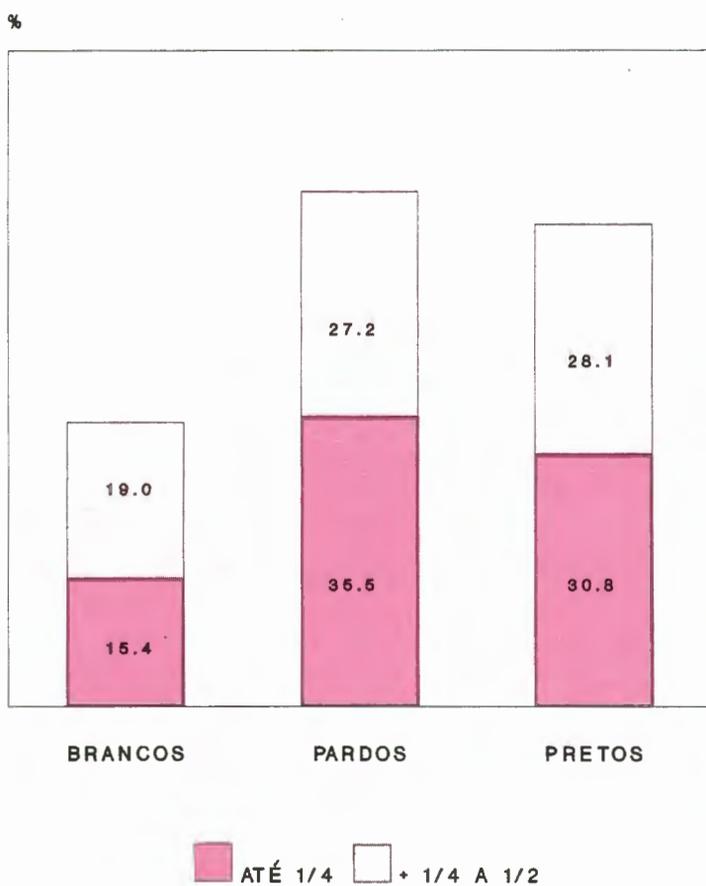


(*) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.

Fonte: PNAD



6. Pessoas de 0 a 17 anos por cor e
classes de rendimento familiar
per capita - Brasil - 1988





É significativo o número de famílias chefiadas por mulheres entre os pardos e pretos

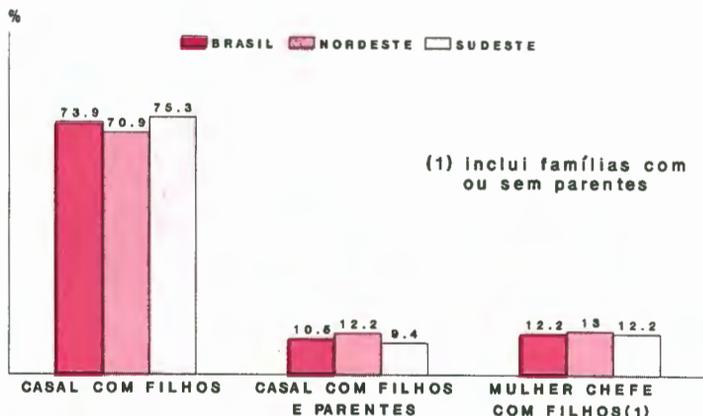
Repetindo tendência já apontada no Volume I da publicação Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais, com dados de 1987, a análise dos tipos de família mais freqüentes em 1988 indica a predominância da família conjugal, composta por casal e filhos (73,9% do total de famílias), seguida daquela integrada pela mulher sem cônjuge com filhos (12,2%) e, mais abaixo, daquela que, além do casal com filhos, conta com a presença de outros parentes (10,5%).

Os dados confirmam ainda a tendência de evolução apontada no Volume I da publicação Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais, acerca da redução na proporção de famílias conjugais com filhos e do aumento no percentual daquelas compostas por mulher com filhos.

O peso destes tipos de família nas Regiões Nordeste e Sudeste apresenta diferenças que, apesar de não serem muito acentuadas, não deixam de ser significativas. As famílias formadas pelo casal com filhos têm maior incidência no Sudeste que no Nordeste (75,3% e 70,9%, respectivamente), enquanto aquelas que contam ainda com parentes são mais significativas no Nordeste, 12,2% contra 9,4% no Sudeste (Gráfico 7).

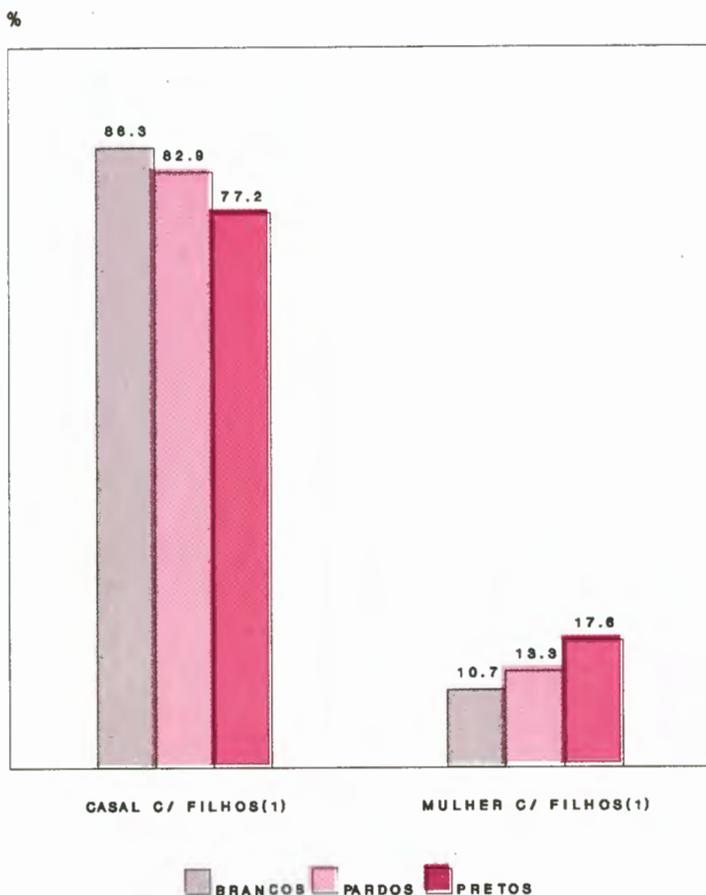
Pertencer a famílias em que existe o casal completo com filhos é um fenômeno mais freqüente entre as crianças e adolescentes brancas (86,3%) do que entre as pardas (82,9%) e pretas (77,2%). Já a inserção em famílias em que falta a figura do cônjuge masculino ocorre com maior freqüência entre os jovens pretos (17,6%) e pardos (13,3%) do que entre os brancos (10,7%) (Gráfico 8).

7. Pessoas de 0 a 17 anos por alguns tipos de famílias - 1988





8. Pessoas de 0 a 17 anos, segundo a cor
e alguns tipos de famílias
Brasil - 1988



(1) com ou sem parentes

Mortalidade Infantil

Decresceu, em 1987, a mortalidade de crianças menores de 1 ano por doenças diarréicas e por desnutrição. Entretanto, a maior parte dos óbitos infantis continua sendo causada por doenças perfeitamente controláveis.





Os acidentes, homicídios, suicídios e envenenamentos são causas mais freqüentes de mortalidade entre os adolescentes

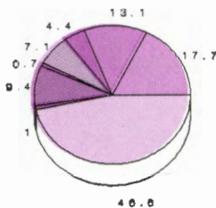
Apesar de as taxas de mortalidade infantil terem decaído ao longo da década, em 1987, verifica-se que a diarreia e a insuficiência respiratória aguda ainda são as maiores responsáveis pelos óbitos de crianças menores de 2 anos (Gráfico 9).

No período 1979/87, a análise dos dados para as Grandes Regiões permite verificar uma redução nas proporções de óbitos por doenças diarréicas e desnutrição em crianças menores de 1 ano. Esta redução está provavelmente relacionada a

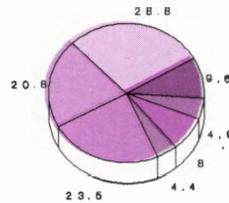
políticas de incentivo ao aleitamento materno e à terapia de reidratação oral (Gráfico 10).

Quanto aos dados relativos às causas externas de mortalidade (acidentes, envenenamentos, homicídios e suicídios), neste mesmo período, ocorre uma tendência de crescimento. Em 1987, a partir dos dez anos de idade, mais da metade dos óbitos são por causas externas. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, esta proporção chega aos 66,4% (Gráfico 11).

9. Mortalidade proporcional de crianças menores de 2 anos por algumas causas de óbitos - Brasil - 1987



Menores de 1 ano



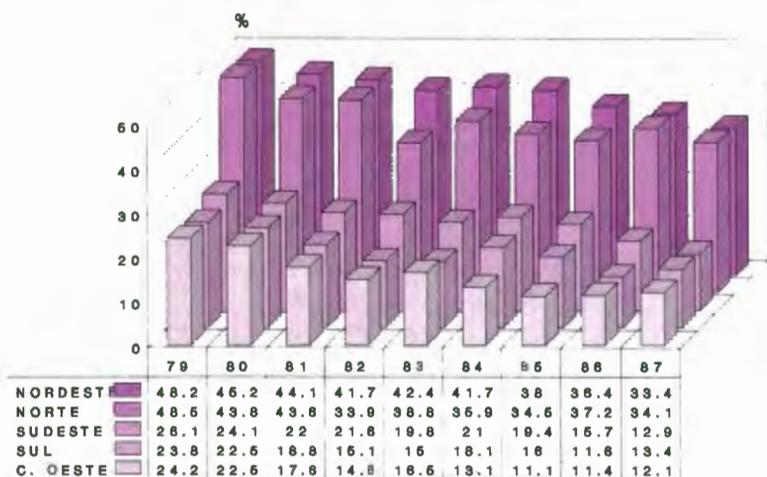
1 ano





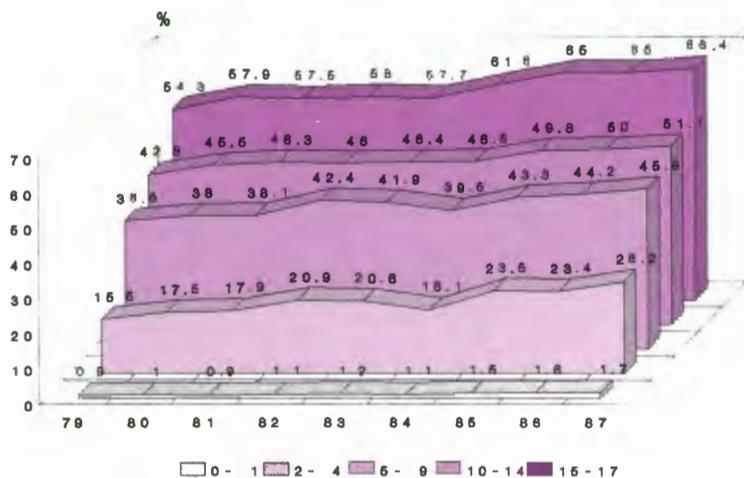
Mortalidade Infantil

10. Mortalidade proporcional por doenças diarréicas e desnutrição em menores de 1 ano - Grandes Regiões



Fonte: Ministério da Saúde

11. Mortalidade proporcional por causas externas, segundo grupos de idade Brasil



Fonte: Ministério da Saúde

Condições do Domicílio

A precariedade das condições dos domicílios no Brasil ainda é alarmante. A constatação de baixíssimas taxas de acesso aos serviços de escoamento sanitário, abastecimento de água, recolhimento do lixo e fornecimento de luz elétrica evidenciam a urgência de uma ação mais incisiva por parte do estado. A simples posse de filtro de água no domicílio não está ao alcance de 55,8% da população de 0 a 17 anos.



São altamente insatisfatórias as condições de habitação da população infanto-juvenil



Condições
do Domicílio

As variáveis fundamentais selecionadas para avaliar as condições de adequação dos domicílios referem-se ao esgotamento sanitário, abastecimento de água, destino do lixo, posse de filtro e fornecimento de luz elétrica. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, foram considerados adequados os domicílios ligados à rede geral e/ou detentores de fossa séptica. Os demais, dotados de outras formas de escoamento de esgoto, em razão da sua vulnerabilidade a contaminações diversas, foram aqui classificados como inadequados.

Quando se observam os dados em relação ao esgotamento sanitário para o conjunto do País, verifica-se que menos da metade (44,4%) das pessoas de 0 a 17 anos reside em domicílios ligados à rede geral ou fossa séptica. Esta situação é aparentemente mais grave no meio rural, onde apenas 9,5% desta população possui este tipo de escoamento. Contudo, nas áreas rurais, existem múltiplos recursos ambientais que minimizam a necessidade de sistemas tradicionais de esgotamento sanitário.

Quanto ao abastecimento de água, apenas os domicílios ligados à rede geral e com canalização interna foram considerados adequados. Os domicílios sem canalização interna, inclusive aqueles ligados à rede geral, bem como aqueles abastecidos por outro tipo de fornecimento de água (poço, nascente ou outra forma), foram classificados como inadequados,

devido à maior possibilidade de contaminação.

Os dados sobre abastecimento de água, apesar de apresentarem um quadro mais satisfatório quando comparados com o esgotamento sanitário, mostram que o Brasil ainda está longe de atingir a meta de fornecimento de água para toda a população. Com relação a este aspecto, 1/4 da população urbana, ainda não possui este serviço de forma adequada. Na área rural, tanto o abastecimento de água quanto o esgotamento sanitário são extremamente precários; no entanto, vale observar que as condições ambientais no campo podem muitas vezes minimizar a falta destes tipos de serviço.

No tocante à coleta de lixo, no Brasil apenas a metade das pessoas de 0 a 17 anos residem em domicílios onde ela é efetuada. Na área urbana, este percentual está próximo dos 70%. Logo, o restante do lixo nessas áreas, onde se observam geralmente altas concentrações populacionais, é lançado ao solo, nos quintais, ruas, ou mesmo nos arredores, tornando-se incômodo e desagradável, pois devido ao seu apodrecimento, exala mau cheiro e se torna ótimo criador de moscas, mosquitos, ratos e outros parasitas. Estes podem tornar-se fontes de numerosas doenças transmissíveis ao ser humano, provocando, dentre outras doenças, a gastroenterite, desenterias bacilares ou ainda a peste e tifo. Daí, concluímos que o destino a ser

dado ao lixo é um problema de saúde pública e deve ser uma preocupação das autoridades públicas e sanitárias.

No Brasil, apenas a metade das pessoas de 0 a 17 anos residem em domicílios onde o lixo é coletado. Na área urbana este percentual atinge quase 70%, enquanto, no meio rural, apenas 7,1%.

Associada também ao saneamento está a presença ou não de filtro dentro de casa. Na medida em que a oferta de água ainda é precária, torna-se então fundamental a existência do filtro para diminuir a possibilidade de concentração de viroses por parte dos moradores, particularmente o grupo infante-juvenil. No Brasil, apenas 54,2% das crianças e adolescentes têm filtro de água em suas residências. Na área urbana, o filtro está presente em 80,3% dos domicílios, porém na área rural está em apenas 40,1% das moradias.

Por último, o acesso dos domicílios ao fornecimento de luz elétrica é fator fundamental à vida moderna, haja vista o quase desaparecimento das

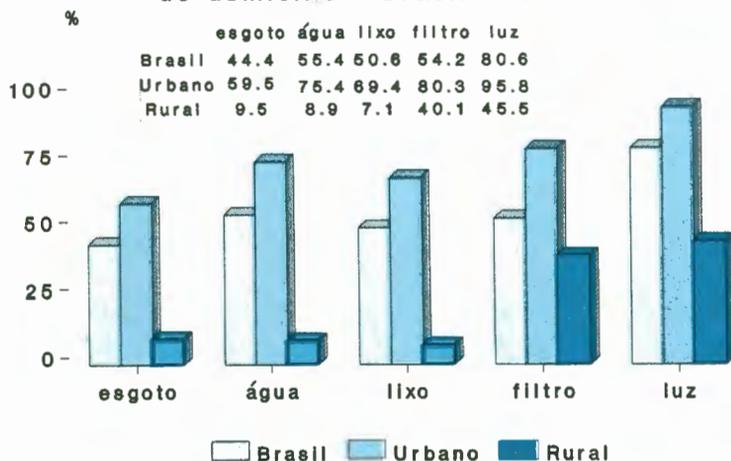
formas tradicionais de conservação dos alimentos, o que ilustra o crescimento generalizado da demanda social mínima por conforto e a escassez de tempo, dentre outros aspectos.

No conjunto do País, 80,6% das crianças e adolescentes têm luz elétrica nos seus domicílios, mas na área rural menos da metade (45,5%) tem acesso a esse tipo de serviço.

As ainda precárias condições de saneamento observadas no Brasil concentram-se na Região Nordeste. Os gráficos mostram que apenas 19,5% da população infante-juvenil têm esgotamento sanitário adequado, 33,1% têm água canalizada, 29,2% têm o lixo coletado, 48,4% têm filtro e 62,4% têm luz.

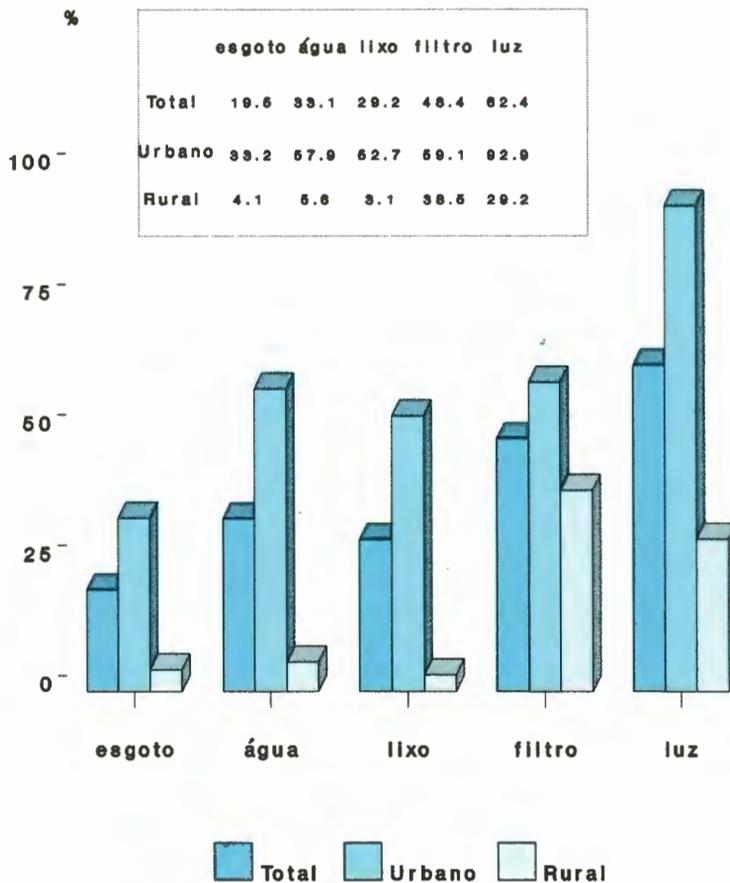
Cabe ainda ressaltar que já foi mostrada em vários estudos a relação direta entre saneamento básico e mortalidade infantil. No caso específico da Região Nordeste, as altas taxas de mortalidade infantil que ali ainda prevalecem se devem preponderantemente a essa ausência de condições adequadas de saneamento (Gráficos 12 e 13).

12. Pessoas de 0 a 17 anos, por situação do domicílio, segundo algumas condições do domicílio - Brasil - 1988





13. Pessoas de 0 a 17 anos, por situação
do domicílio, segundo algumas condições
do domicílio - Nordeste - 1988



Situação Educacional

Sem dúvida continua a crescer a taxa de escolarização das crianças e adolescentes brasileiros. A taxa de analfabetismo, por sua vez, diminuiu. Mas graves problemas permanecem: enormes defasagens entre a cidade e o campo ainda se fazem notar, a evasão e repetência continuam elevadas, e apenas um pequeno número de alunos consegue completar o primeiro grau.



Em 1988, continua a crescer a taxa de escolarização das crianças e adolescentes



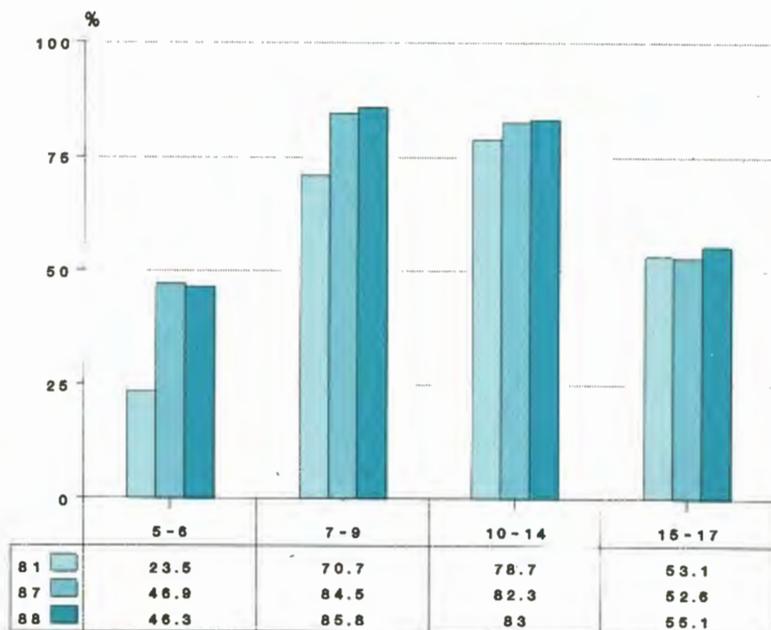
Situação Educacional

A tendência já apontada em 1987, quando se verificou, em relação ao início da década, um expressivo aumento da taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, pode ser confirmada em 1988. Neste ano, todos os grupos de idade continuam a apresentar aumentos, à exceção do grupo de 5 e 6 anos, que se manteve estável. Em relação aos jovens de 15 a 17

anos, de 1987 para 1988, vale notar um ligeiro aumento: de 52,6% para 55,1% (Gráfico 14).

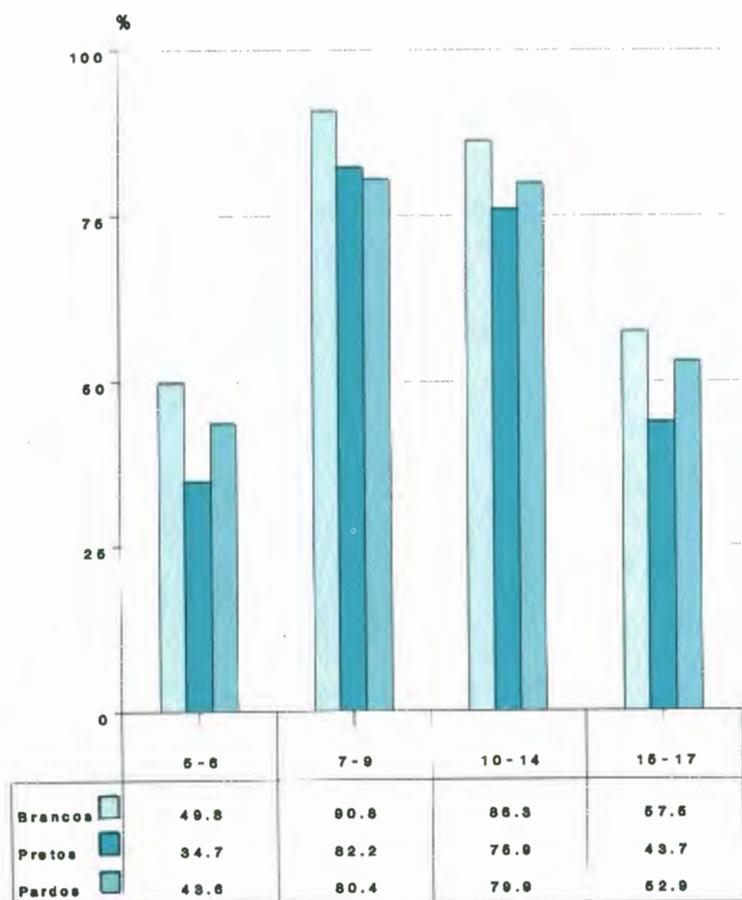
Quando esta taxa é analisada através da estrutura de cor da população, verifica-se que tanto as crianças como os adolescentes brancos apresentam taxas de escolarização mais elevadas do que as pretas e pardas, independente do grupo etário a que pertencem (Gráfico 15).

14. Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos, por grupos de idade
Brasil





15. Taxa de escolarização das pessoas de
5 a 17 anos, por grupo de idade,
segundo a cor - Brasil-1988



A diferença campo/cidade é muito forte em termos de taxa de escolarização



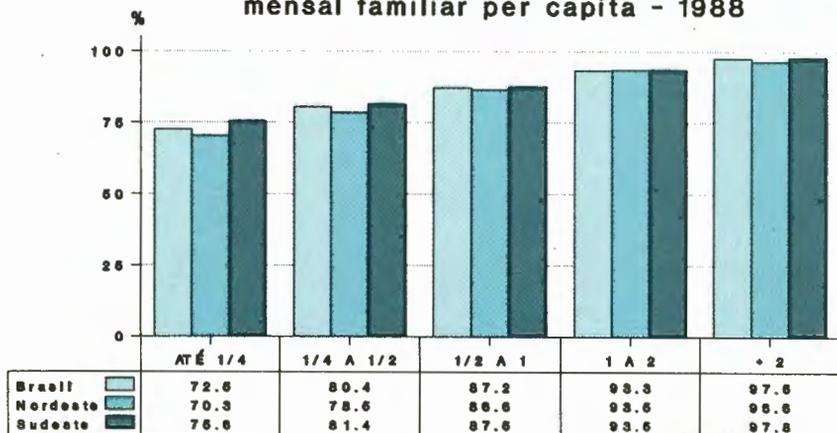
Situação Educacional

Quando se analisam as taxas de escolarização a partir da renda familiar, verifica-se que há uma nítida associação positiva entre ambas. No Brasil, para o ano de 1988, a taxa mais baixa é encontrada nas classes de rendimento mensal familiar *per capita* de até 1/4 de salário mínimo - 72,5% para a população de 7 a 14 anos. A partir deste nível de renda, há um crescimento contínuo até atingir quase 98% na classe de rendimento superior a 2 salários mínimos *per capita*. O mesmo se dá quando se observam os dados para as Regiões Nordeste e Sudeste. No entanto, é interessante observar que nas classes de renda mais baixas, sobretudo naquela com renda inferior a 1/4 de salário mínimo *per capita*, é possível verificar uma diferença até certo

ponto expressiva entre o Nordeste e o Sudeste (70,3% e 75,6%, respectivamente); já nas classes de renda acima deste patamar, os valores são bastante próximos. Cabe observar ainda que é o Nordeste a região que apresenta a taxa de escolarização mais baixa, dentre todas as regiões, e o Sudeste, a mais elevada (Gráfico 16).

Ao se observarem as taxas de escolarização tendo como variável a situação do domicílio, verifica-se uma grande diferença entre os dados referentes às áreas urbana e rural. As curvas de escolarização por idade mostram também que, nas áreas rurais, a entrada das crianças no sistema escolar ocorre mais tarde, enquanto a saída se dá mais cedo que nas áreas urbanas (Gráfico 17).

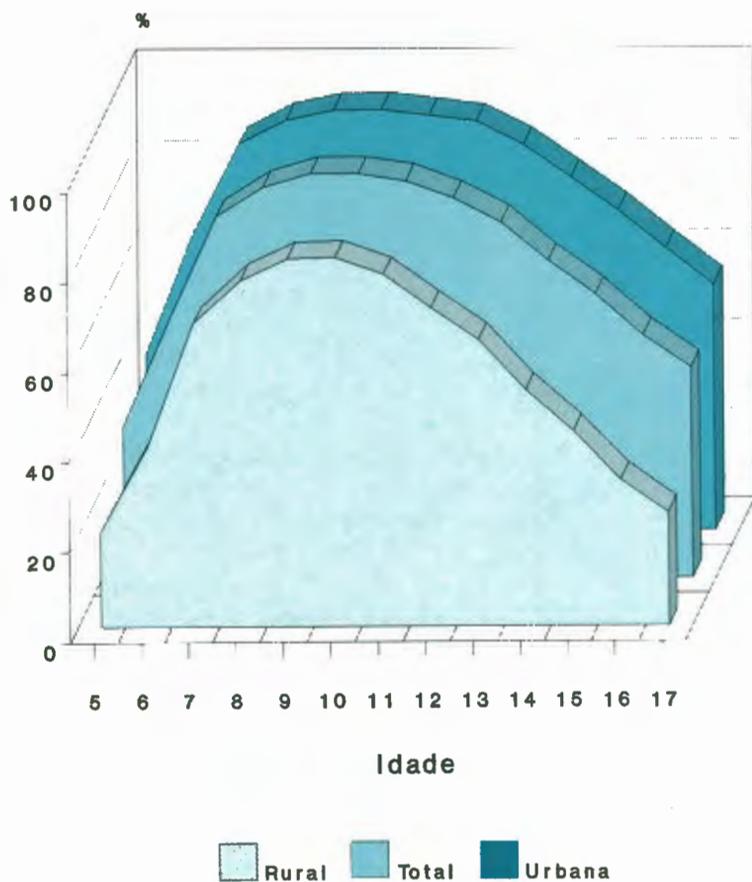
16. Taxa de escolarização de pessoas de 7-14 anos, segundo classes de rendimento mensal familiar per capita - 1988



Fonte: PNAD



17. Taxa de escolarização das pessoas de
5-17 anos por idade, segundo a situação
do domicílio - Brasil - 1988





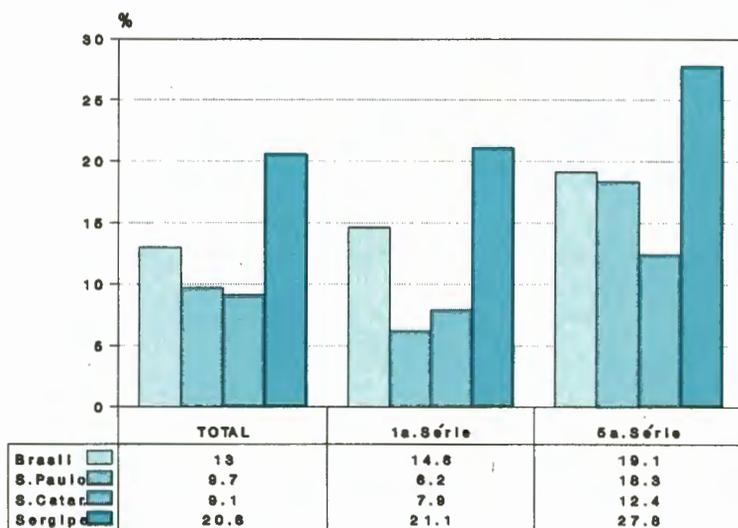
A evasão e a repetência – fenômenos constantes da vida escolar das crianças e adolescentes no Brasil

Desde 1984 as taxas de evasão imediata por série giram em torno dos 13%. A primeira e a quinta série são aquelas onde é possível verificar os maiores índices de evasão escolar. Em 1986, para o total do País, a primeira série apresentava 14,6% e a quinta série, 19,1%. A análise deste indicador para estados com diferentes padrões sócio-econômicos como São Paulo, Santa Catarina e Sergipe, neste mesmo ano, revela valores bastante diferenciados. Na primeira série, São Paulo e Santa Catarina ficavam em torno de 6 a 8%, enquanto Sergipe apresentava uma taxa bem mais elevada – 21,1%. Na quinta série, Santa Catarina apresentava uma

taxa de evasão (12,4%) menor do que São Paulo (18,3%) e Sergipe (27,8%) (Gráfico 18).

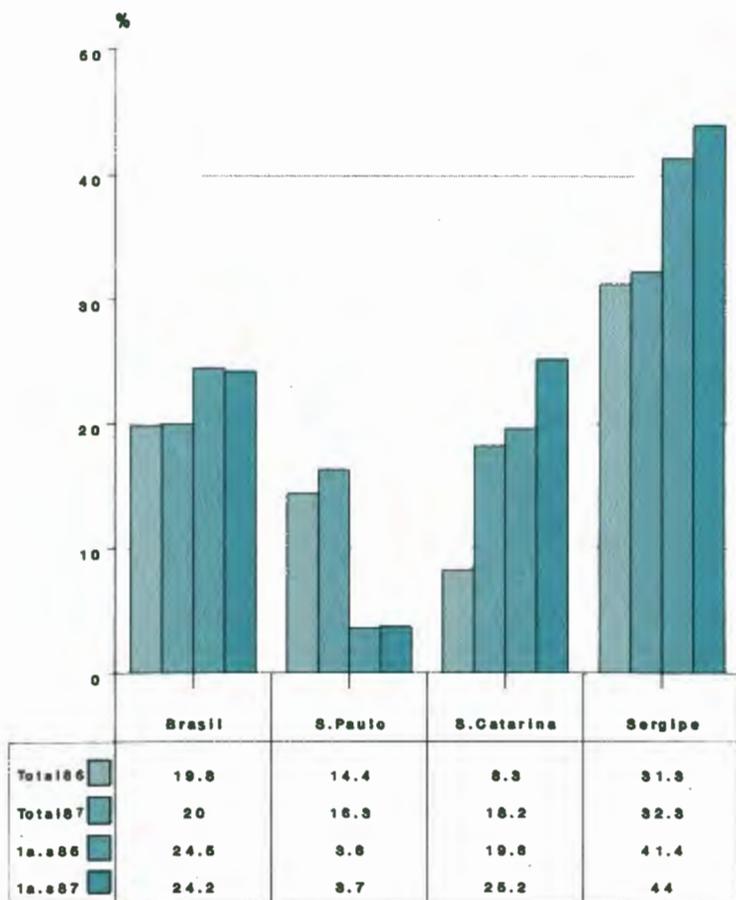
Em relação à repetência no primeiro grau, a taxa média continua em torno de 20% desde 1985 para o conjunto do País. Quando se comparam estes mesmos dados para os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Sergipe, é possível verificar que em 1987 os valores aumentaram significativamente, sobretudo em Santa Catarina, onde passaram de 8,3% para 18,2%. A taxa média de repetência na primeira série do primeiro grau, à exceção de São Paulo, também apresentou aumentos (Gráfico 19).

18. Taxa de evasão imediata por série Brasil e alguns estados - 1986





19. Taxa média de repetência no 1º grau
e na 1ª série do 1º grau - Brasil e
alguns estados - 1985 e 1987





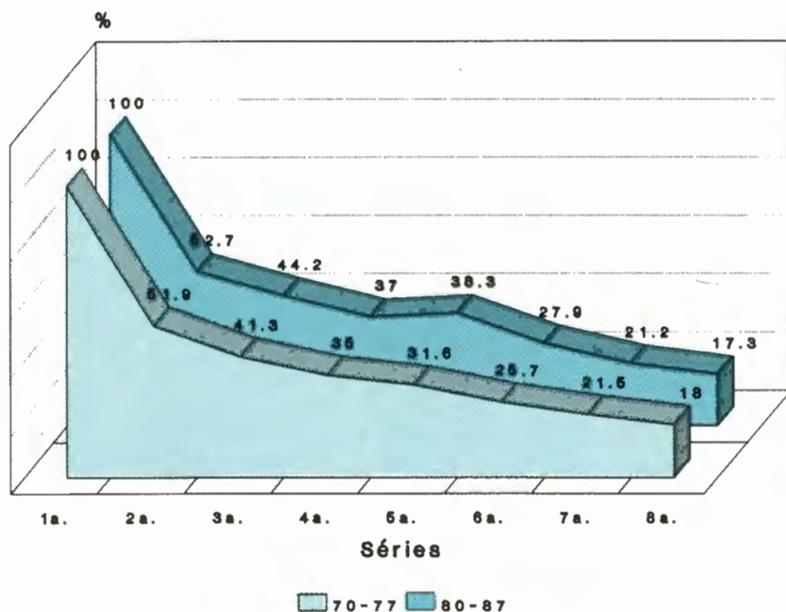
No Nordeste, de cada 100 alunos matriculados na primeira série, apenas 10% conseguem chegar à oitava série

A análise da evolução da matrícula inicial para as décadas de 70 e 80 revela a persistência de um quadro de baixa eficiência do sistema escolar, visto que, de cada 100 alunos que ingressaram na primeira série em 1970 e 1980, apenas 18 e 17,3, respectivamente, conseguiram se matricular na oitava série sete anos depois. No entanto, vale observar que na década de 80 a quinta série apresenta um número de alunos matriculados bem mais alto

(38,3) do que na década anterior (31,6), o que pode estar sugerindo um retorno ao sistema em busca de uma escolaridade maior exigida pelo mercado de trabalho (Gráfico 20).

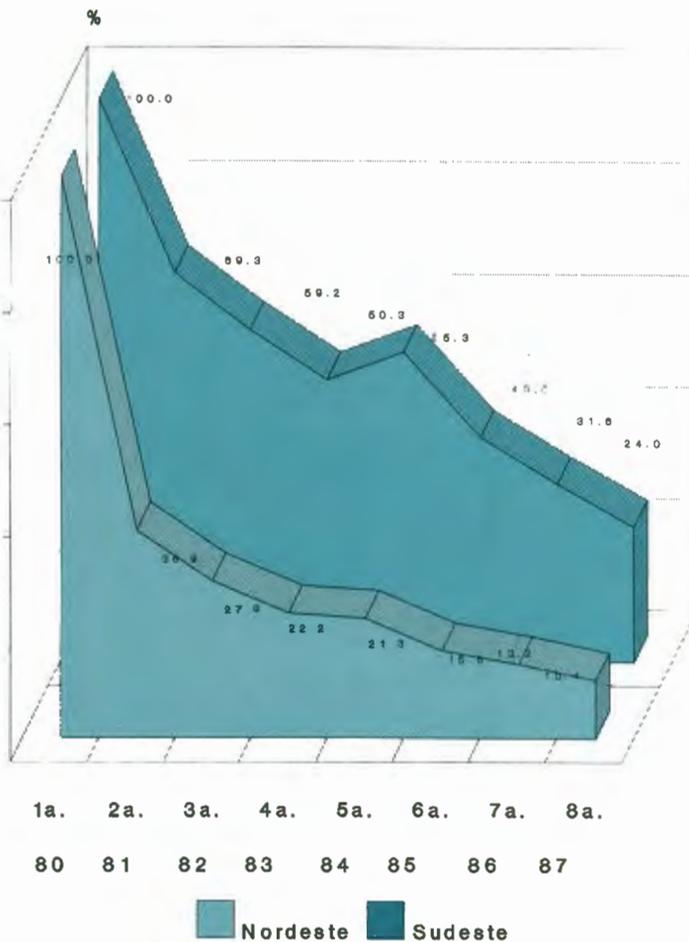
A análise destes dados para as Regiões Nordeste e Sudeste no período 1980/87 revela diferenciais bastante elevados: enquanto no Sudeste o número dos que atingem a oitava série é de 24,0, no Nordeste não passa de 10,4 (Gráfico 21).

20. Evolução da matrícula inicial por séries, segundo Coortes
Brasil - 1970 - 1987





21. Evolução da matrícula inicial por série - Coorte - Nordeste e Sudeste



Apesar da freqüência à escola ser obrigatória, a taxa de analfabetismo das crianças e adolescentes é bastante elevada



Situação
Educativa

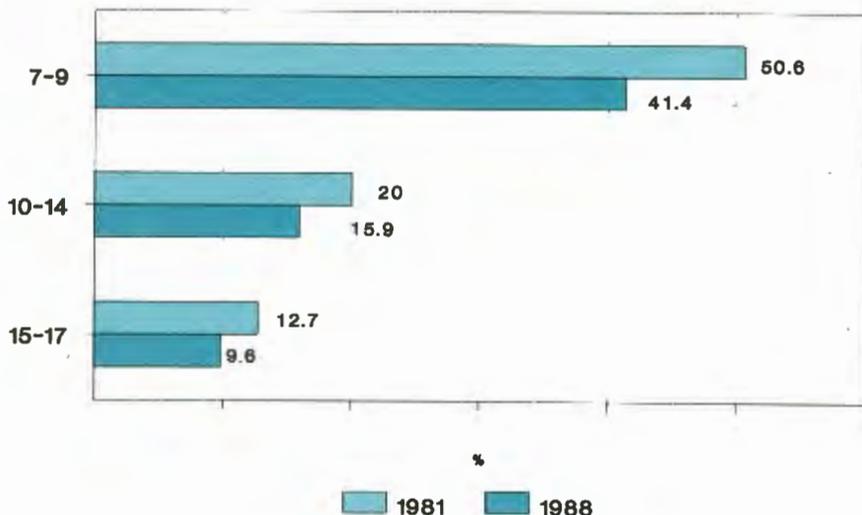
Os dados sobre analfabetismo da população brasileira de crianças e adolescentes mostram que houve, em 1988, uma redução na proporção de analfabetos, em relação ao início da década, em todos os grupos de idade. Estes índices passaram, entre 1981 e 1988, de 50,6% para 41,4% no grupo de 7 a 9 anos, de 20% para 15,9% no de 10 a 14 anos, e de 12,7% para 9,6% entre os de 15 a 17 anos. No entanto, apesar da melhora ocorrida, pode-se considerar a situação ainda bastante grave, evidenciando a baixa eficiência do sistema educacional do País. De fato era ainda de 21,9%

a proporção de pessoas analfabetas de 7 a 17 anos em 1988.

Em termos regionais, a diferença entre o Nordeste e Sudeste é chocante. Apesar da queda verificada em ambas as regiões, no Nordeste, tanto as crianças como os adolescentes apresentam taxas de analfabetismo extremamente elevadas em 1988, 68,5% para o grupo de 7 a 9 anos, 35,4% para o de 10 a 14 anos e 21,9% para os jovens de 15 a 17 anos. Estas proporções, quando comparadas às do Sudeste, indicam que a proporção de analfabetos, tanto no grupo de 10 a 14 anos quanto no de 15 a 17, é 5 a 6 vezes maior no Nordeste que no Sudeste (Gráfico 22).

22. Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 a 17 anos - BR, NE, SE

IDADE

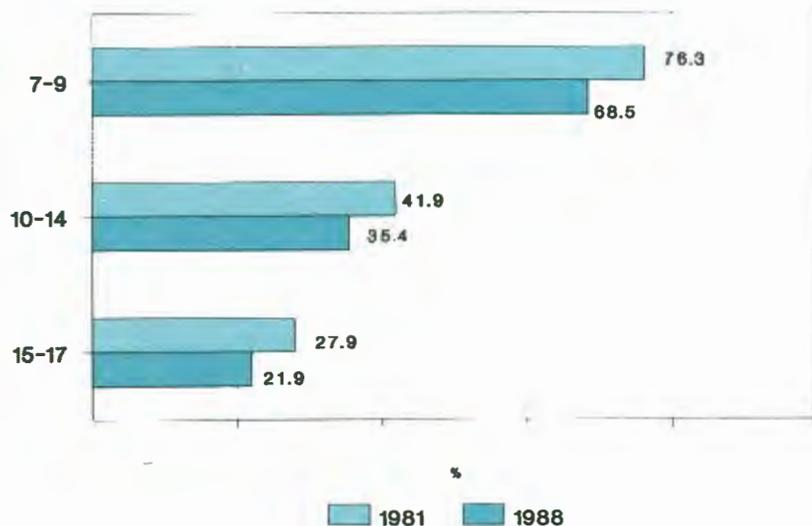




Situação Educacional

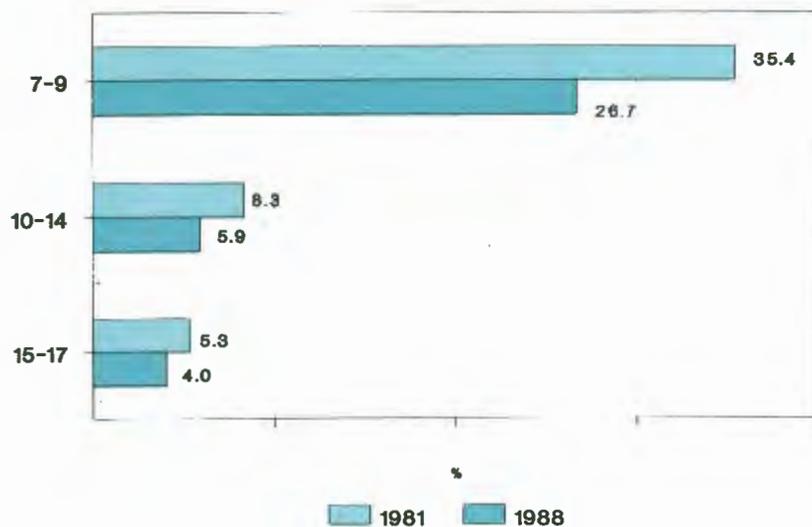
NORDESTE

IDADE



SUDESTE

IDADE



É elevado o número de jovens que associam o estudo ao trabalho



Situação Educacional

A participação das crianças e adolescentes nas diversas atividades é bastante diferenciada de acordo com a faixa etária.

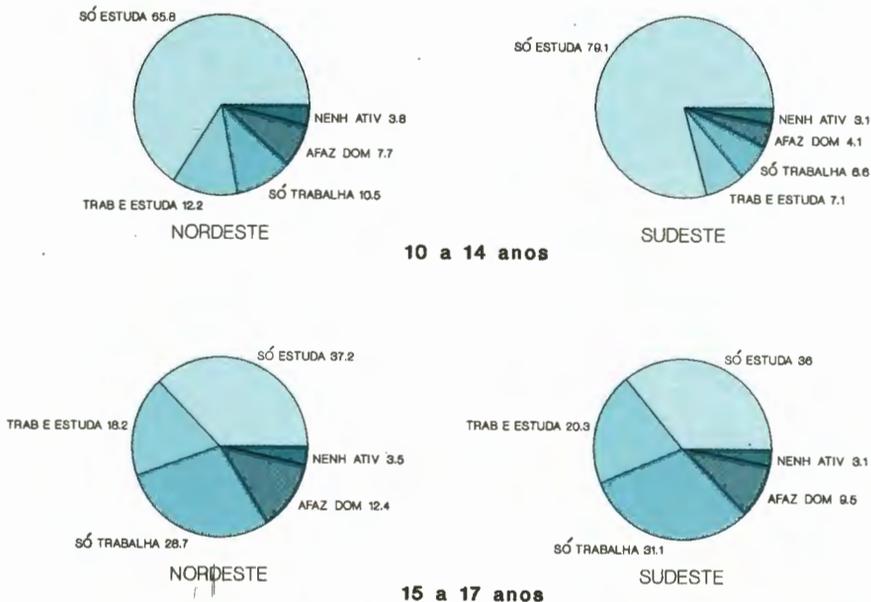
Quando se analisam os dados sobre estas atividades tendo como variável a situação residencial, verificam-se configurações bem distintas no Nordeste e no Sudeste. Para o grupo de 10 a 14 anos, a proporção daqueles que somente estudam é mais elevada no Sudeste que no Nordeste (79,1% e 65,8%, respectivamente). Já para aqueles que somente trabalham, o peso é mais significativo no Nordeste -10,5%—do que no Sudeste—6,6%.

Aqueles que associam o estudo e o trabalho, por sua vez, também são mais expressivos no Nordeste que no Sudeste (12,2% e 7,1%, respectivamente). Os nordestinos também se ocupam mais dos afazeres domésticos do que os moradores do Sudeste (7,7% e 4,1%, respectivamente). Com relação àqueles que declararam não realizar nenhuma destas atividades, as proporções são de 3,8% no Nordeste e 3,1% no Sudeste.

Quanto às atividades dos mais velhos (15 a 17 anos), os valores são mais próximos, independentemente da região do País (Gráfico 23).

23. Pessoas de 10 a 17 anos, por condição de atividade

1988



Fonte: PNAD

Trabalho

Apesar de ter uma participação na atividade econômica bastante significativa, a população infanto-juvenil trabalha em péssimas condições.

Tanto na Região Nordeste como na Sudeste, a grande maioria não tem a proteção da legislação trabalhista - poucos são os que têm carteira assinada pelo empregador, e a maior parte trabalha 40 horas ou mais por semana.



Os jovens de 10 a 14 anos trabalham mais no Nordeste do que no Sudeste; para o grupo de 15 a 17 anos a situação é inversa



Trabalho

Em 1988, cerca da metade dos adolescentes de 15 a 17 anos (50,2%) estavam inseridos na força de trabalho, enquanto para o grupo mais jovem, de 10 a 14 anos, esta proporção era da ordem de 18%.

O nível de atividade sofre, no entanto, variações acentuadas de acordo com a situação de rendimento das famílias destes jovens. Para o grupo de menor idade, cai progressivamente a taxa de atividade à medida que se eleva o rendimento familiar, chegando a 3,9% no nível de renda superior. Já entre aqueles de 15 a 17 anos, a proporção de ativos se mantém razoavelmente elevada, entre 50 e 56% até o nível de 2 salários mínimos mensais *per capita*, caindo acentuadamente na última faixa de renda para 26%.

Entre 1981 e 1988, a participação das crianças e adolescentes na força de trabalho variou pouco e de forma diferenciada para os dois grupos de idade, tendo sofrido uma ligeira redução para aqueles de 10 a 14 anos (de 18,9% para 17,9%) e um pequeno aumento para os de 15 a 17 anos - de 48,3% para 50,2% - Gráfico 24.

A participação da população jovem na força de trabalho é mais intensa no Nordeste que no Sudeste (30,1% e 26,7%, respectivamente). É interessante observar, no entanto, que este padrão não se mantém para os jovens de 15 a 17 anos, situação em que a taxa de atividade do Sudeste é superior à do Nordeste (50,9% e 45,7%, respectivamente). Já entre os mais jovens, trabalha-se mais no

Nordeste (22,1%) do que no Sudeste (13,4%). Isto talvez se explique em função do peso muito significativo da população rural no Nordeste, onde é bastante freqüente a utilização das crianças desde muito cedo no trabalho do campo - chega a 47,4% o peso da população rural de 0 a 17 anos no Nordeste, enquanto no Sudeste esta proporção não passa de 17,4%.

A variação nas taxas de atividade de acordo com a renda é semelhante para as duas regiões, no que se refere ao grupo de 10 a 14 anos, decaindo à medida que se eleva o rendimento familiar. Já com relação aos jovens de 15 a 17 anos, o comportamento é diferenciado: no Nordeste, o nível de atividade cai sistematicamente com o aumento da renda, enquanto no Sudeste as taxas se mantêm elevadas em todas as faixas de renda entre 53 e 58%, decaindo bruscamente apenas na faixa mais elevada, para 26,9% (Gráfico 25).

A observação dos dados relativos à jornada de trabalho das crianças e adolescentes aponta para uma adoção expressiva de jovens trabalhando 40 horas ou mais por semana, sobretudo entre aqueles de 15 a 17 anos, chegando a 83,7% na Região Sudeste e a 66,8% no Nordeste. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma intensa sobreutilização da mão-de-obra jovem (Gráfico 26).

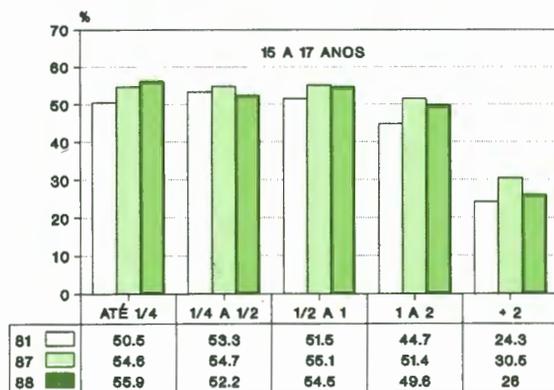
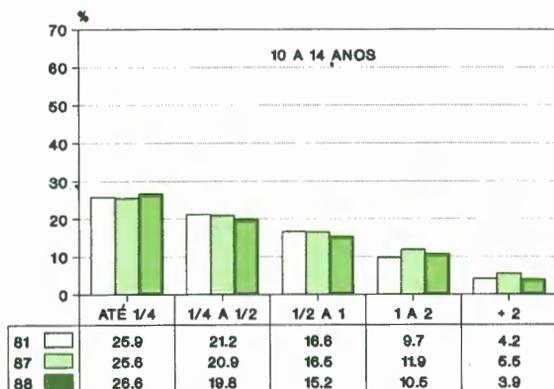
Quanto à relação entre o trabalho dos jovens e os padrões de formalização do mercado, verifica-se que a maior parte das crianças e

adolescentes trabalha sem a proteção da legislação trabalhista. Os menores empregados com carteira assinada, de 10 a 14 anos, representam apenas 10,7% do total de jovens empregados; já para o grupo de 15 à 17 anos, este valor chega a 32,6%, o que reflete uma maior proteção da lei, embora ainda muito insuficiente. Do ponto de vista regional, os menores que trabalham com carteira assinada distribuem-se de forma extremamente desigual. Tanto para a faixa de jovens de 10 a 14 anos, quanto para a de 15 a 17 anos, reproduzem-se as distâncias

regionais observadas em outros indicadores: a proporção de menores trabalhando com carteira assinada no Nordeste situa-se aquém da proporção do País como um todo, e muito abaixo, ainda, da verificada no Sudeste. Para o Nordeste, em 1988, apenas 1,2% dos jovens empregados de 10 a 14 anos trabalhava com carteira assinada, enquanto no Sudeste esta proporção sobe para 15,4%. Para o grupo de 15 a 17 anos, as distâncias são também bastante grandes, 8% para o Nordeste e 42% para o Sudeste (Gráfico 27).

24. Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, segundo as classes de rendimento mensal familiar per capita (*)

BRASIL

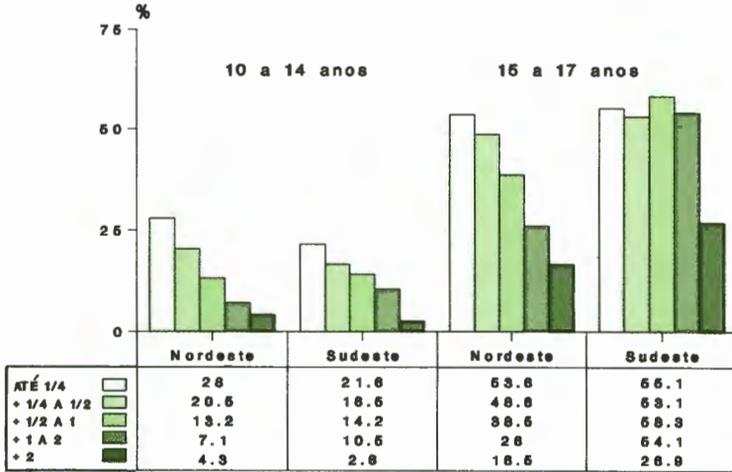


Fonte: PNAD

(*) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor real de 1981, tomando como deflator o INPC.

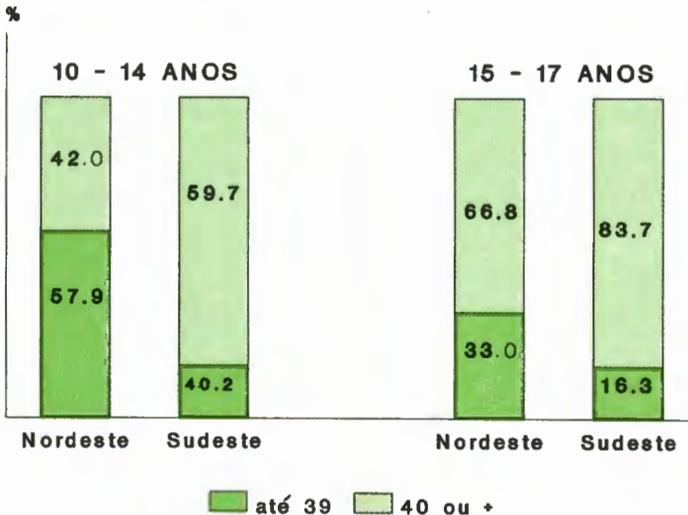


25. Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, por classes de rendimento mensal familiar per capita - 1988



Fonte: PNAD

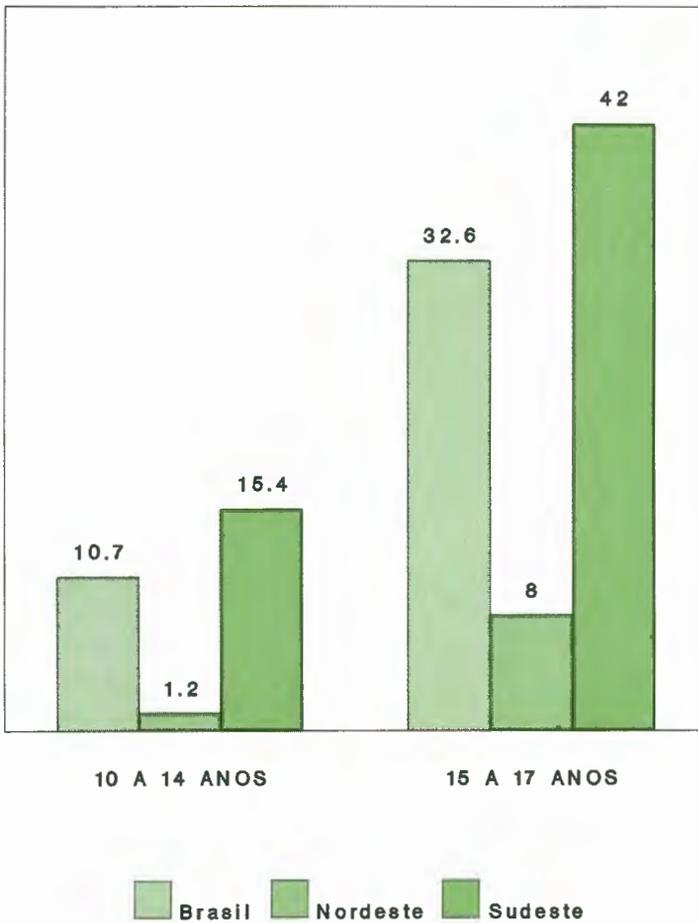
26. Pessoas ocupadas por número de horas trabalhadas - 1988



Fonte: PNAD



27. Empregados de 10 a 17 anos
com carteira assinada - 1988



É pequena a proporção de jovens no mercado formal de trabalho: em 1988, apenas 3,9% do total de empregos



Trabalho

Analisando-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS -, para o período 1985-1988, referentes ao emprego em 31/12 de cada ano, verifica-se que é pequena a proporção de crianças e adolescentes que se enquadram no mercado formal de trabalho.

Em 1985, a participação da população de 10 a 17 anos no total de empregos era de 3,4%, tendo havido um significativo aumento em 1986, quando passou a 4,3%; nos anos subseqüentes caiu novamente para 4,2 e 3,9%, respectivamente.

Numa pesquisa que abrange um intervalo de tempo maior, pode-se aferir que a participação dos menores no emprego formal está relacionada diretamente com os períodos de crise ou crescimento econômico. Assim sendo, em 1979, a população de 10 a 17 anos ocupava 5,2% dos empregos disponíveis; com a recessão do início dos anos 80, essa taxa foi caindo progressivamente até atingir 3,1% em 1984, tendo havido uma pequena recuperação em 1985. O Plano Cruzado, em 1986, trouxe uma expectativa de melhora logo desfeita nos anos seguintes, conforme observado no parágrafo anterior.

Os dados da RAIS mostram que a participação da população de 10 a 17 anos no emprego na Região Nordeste é de pouca significância -1,1% em 1988, sendo a menor

relação em comparação às outras regiões do País.

A análise regional do emprego formal permite concluir que é na Região Sul que se encontra a maior participação da população de 10 a 17 anos no total de empregos oferecidos, 6,3% em 1988. A seguir, posiciona-se a Região Sudeste com 4,3% em 1988 (Gráfico 28).

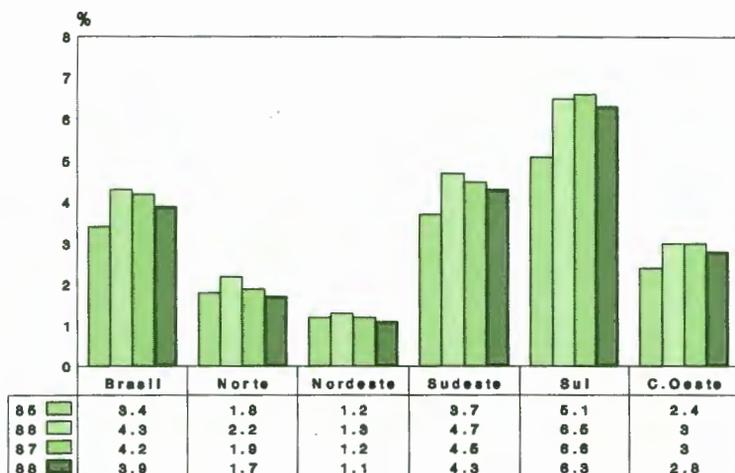
Relacionando-se a população de crianças e adolescentes ao total de empregados por setores de atividade econômica, verifica-se que os setores do comércio, da indústria de transformação e serviços são os principais concentradores das oportunidades de emprego na área urbana no ano de 1988.

É importante notar que a agropecuária, embora seja um setor com um número não expressivo no emprego formal, apresenta a mais elevada participação dos menores: 8,8% em 1988 (Gráfico 29).

As relações percentuais dos salários médios dos menores (10 a 17 anos) em relação ao salário médio do total dos empregados apontam para uma ampliação generalizada do diferencial dos salários de crianças e adolescentes ao longo do período 1985/88. Desta constatação pode-se inferir que o reajuste dos proventos dos menores não segue a mesma sistemática do restante dos trabalhadores (Gráfico 30).

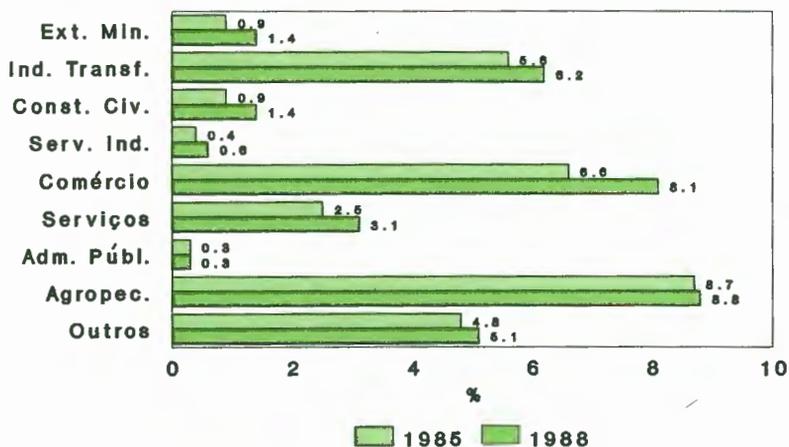


28. Proporção de empregados de 10 a 17 anos em relação ao total de empregados Brasil e Regiões



Fonte: RAIS

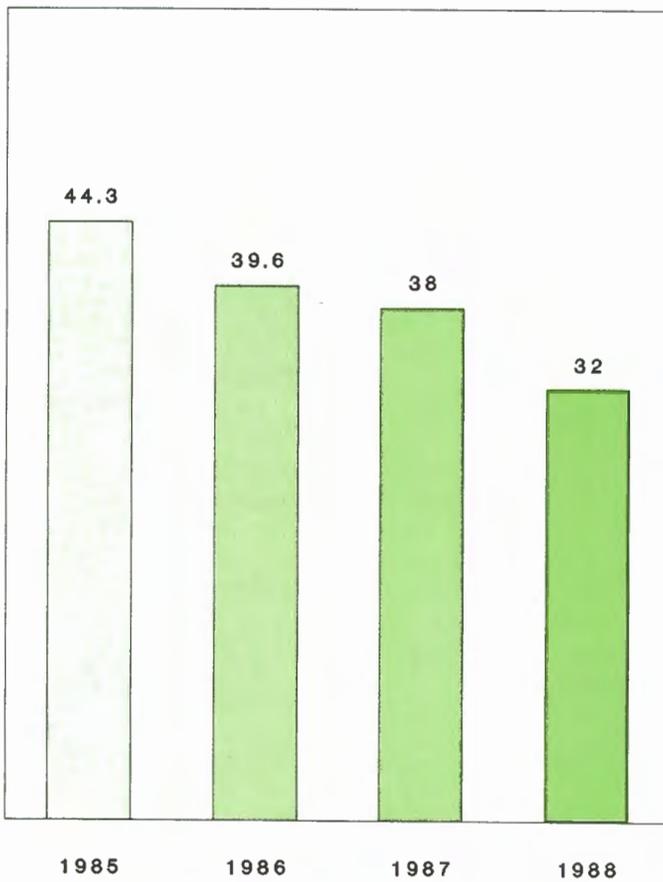
29. Proporção de empregados de 10 a 17 anos em relação ao total de empregados por setor de atividade econômica - BR -



Fonte: RAIS



30. Relação dos salários médios dos empregados de 10 a 17 anos em relação ao do total de empregados - BR





Mesmo no Sudeste é a agricultura o ramo que mais ocupa a mão-de-obra infantil

Em relação à distribuição da mão-de-obra infantil e adolescente entre os ramos da atividade econômica no conjunto do País, o ano de 1988 não apresenta novidades quanto aos valores já verificados em 1987, no Volume I da publicação: Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais.

No Brasil, a agricultura continua sendo o ramo que mais tem ocupado mão-de-obra jovem. A prestação de serviços também tem ocupado bastante as crianças e adolescentes, situando-se em torno de 20% a proporção daqueles que exerciam atividades neste setor da economia.

No entanto, é interessante observar os diferenciais entre as Regiões Nordeste e Sudeste. Entre as crianças de 10 a 14 anos de idade, em ambas as regiões é a agricultura o ramo de atividade econômica que mais emprega a mão-de-obra infantil, apesar de o Nordeste apresentar uma proporção bem mais elevada do que o Sudeste — 69,2% contra 36,3%. Em ambas as regiões, a prestação de serviços ocupa o segundo lugar entre as atividades onde se inserem as crianças - 26,6% no Sudeste e 13,9% no Nordeste.

Já os adolescentes de 15 a 17 anos no Sudeste se distribuem nas

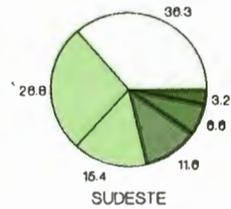
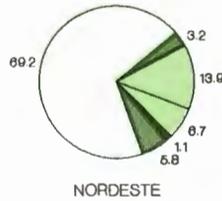
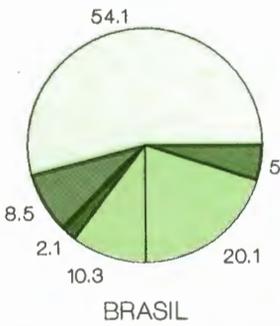
atividades econômicas de maneira bem distinta dos adolescentes nordestinos. No Sudeste, a prestação de serviços ocupa quase 24% dos jovens, seguida pelos ramos da agricultura, comércio e indústria de transformação, que apresentam valores da ordem de 20%. No Nordeste, a agricultura é o setor que tem o maior peso para os adolescentes, congregando mais de 50% destes jovens nesta atividade (Gráfico 31).

Já foi também verificado na publicação citada que o comportamento do mercado de trabalho em relação aos jovens das áreas mais pobres apresenta uma dinâmica específica. Se comparados os valores encontrados para as Regiões Metropolitanas de Recife (11%) e São Paulo (40%) quanto à inserção dos jovens ocupados na indústria de transformação, observa-se que em Recife este contingente é bem menor, enquanto serviços e comércio congregam cerca de 2/3 da mão-de-obra de 10 a 17 anos. Sem dúvida, pode-se constatar que houve durante a década de 80 um crescimento significativo do emprego nos setores terciário e secundário.

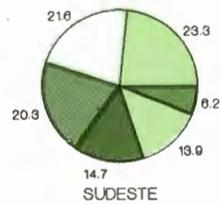
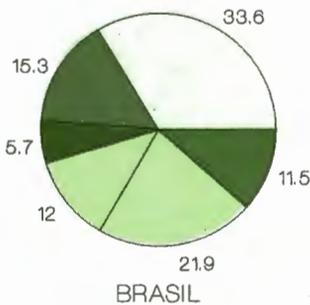


31. Pessoas ocupadas por ramo de atividade 1988

10 a 14 anos



15 a 17 anos



agricultura ind.transf. const.olvi
comércio prest.ser. outros



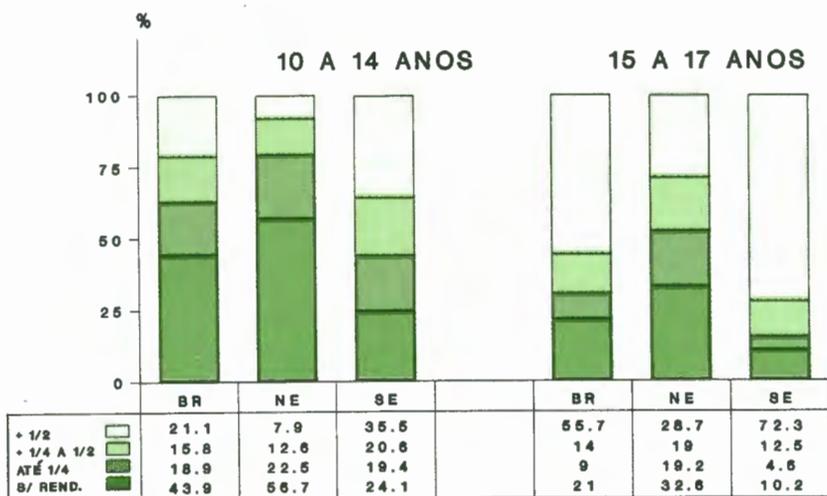
Também em relação à remuneração dos jovens, a desigualdade regional é gritante

A análise da distribuição de rendimento das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos revela que a grande maioria destes trabalhadores recebe salários extremamente baixos. No conjunto do País, para o grupo de 10 a 14 anos, chega a 78,6% a proporção dos que recebem até 1/2 salário mínimo de rendimento mensal, enquanto para os jovens de 15 a 17 anos este percentual é da ordem de 44,0%. Quando se analisam estes dados para as Regiões Nordeste e Sudeste verificam-se diferenciais elevados entre os rendimentos das crianças e jovens. No grupo de 10

a 14 anos, mais da metade das crianças nordestinas (56,7%) trabalha sem perceber nenhum rendimento, enquanto no Sudeste esta proporção é de 24,1%. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos-a desigualdade regional também é gritante: enquanto no Sudeste apenas 27,3% percebem até 1/2 salário mínimo mensal, no Nordeste esta proporção chega a 70,8% (Gráfico 32).

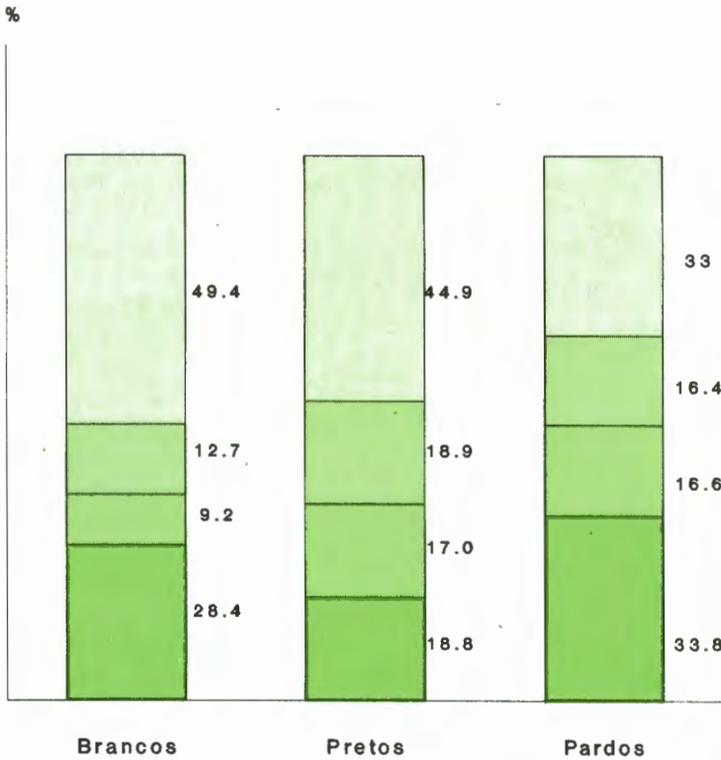
Ao se observarem estes mesmos dados para os diferentes grupos de cor, verifica-se que as crianças e adolescentes brancos percebem maiores salários do que os pardos e pretos (Gráfico 33).

32. Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por rendimento de todos os trabalhos - 1988





33. Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por cor, segundo rendimento de todos os trabalhos - Brasil - 1988



■ s/rendimento ■ até 1/4 ■ + 1/4 a 1/2 ■ + 1/2



No meio urbano, 20% dos jovens de 15 a 17 anos participam com mais de 30% do rendimento familiar

É expressiva a proporção de jovens de 15 a 17 anos que contribuem com mais de 30% do rendimento familiar, cerca de 20%; já no caso daqueles de 10 a 14 anos, este contingente não passa de 8,6%. Esta participação se reduz sistematicamente à medida que se eleva o nível de rendimento familiar para ambos os grupos de idade, chegando a ser inexistente na faixa de renda mais elevada para os mais jovens e de 4,2% para os de 15 a 17 anos. Percebe-se, assim, que, apesar dos baixíssimos níveis de rendimento auferidos, a participação dos jovens no orçamento dos grupos pobres é significativa.

A forma como se dá esta participação pode variar bastante: desde a entrega de toda a renda auferida pelo jovem para integrar o orçamento comum da família, até a retenção de todo o montante recebido com vistas a satisfazer suas necessidades de consumo individuais, como alimentação na rua, transporte, lazer, vestuário, etc. Esta última modalidade, embora não captada por este tipo de investigação, representa, tanto quanto a primeira, uma forma de contribuição ao orçamento doméstico, na medida em que a família deixa de despende com o jovem o equivalente a estes gastos pessoais.

A comparação com anos anteriores (1981 e 1987) revela uma tendência

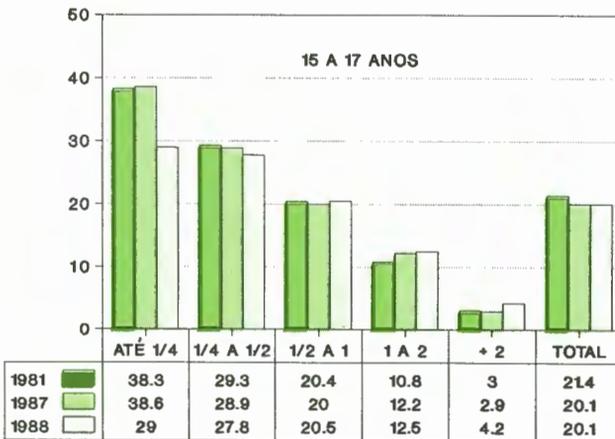
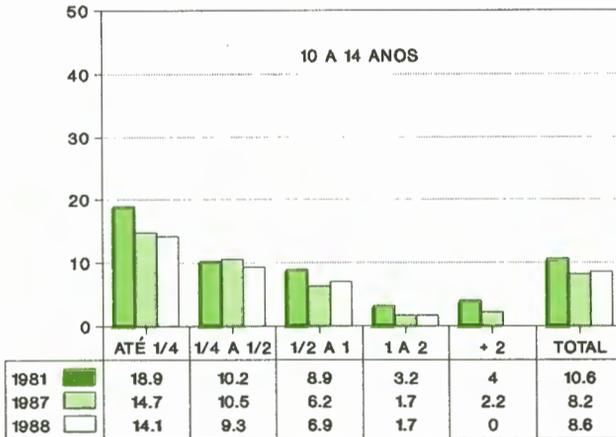
de queda na proporção de jovens participando com mais de 30% da renda familiar, tanto para o grupo de 10 a 14 anos em todos os níveis de renda, quanto para os mais velhos nas faixas até 1/2 salário mínimo familiar *per capita*. Já nas classes de renda familiar acima de 1 salário mínimo, a evolução se dá no sentido de um aumento na proporção de jovens com participação elevada no rendimento familiar (Gráfico 34).

No Volume I da publicação Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais, analisava-se a participação dos diversos membros da família no rendimento familiar. Os dados de 1988 revelam que se mantêm as tendências verificadas no ano anterior, sendo os chefes os principais responsáveis pela obtenção da renda familiar: em 1988, 53% deles percebiam rendimento equivalente a mais de 90% da renda do grupo doméstico. Seguem-se os cônjuges e os filhos de 18 anos e mais (40,8% e 37,5%, respectivamente, tinham participação superior a 30% do rendimento total).

Quanto aos filhos de 15 a 17 anos, o mais freqüente (42,1%) é que seu rendimento represente entre 11 e 30% da renda familiar, enquanto entre os filhos de 10 a 14 anos a maior parte (44,8%) não participa do orçamento doméstico (Gráfico 35).



34. Filhos ocupados de 10 a 17 anos com participação percentual de mais de 30% no rendimento familiar, segundo as classes de rendimento mensal familiar per capita -BR Urbano (*)

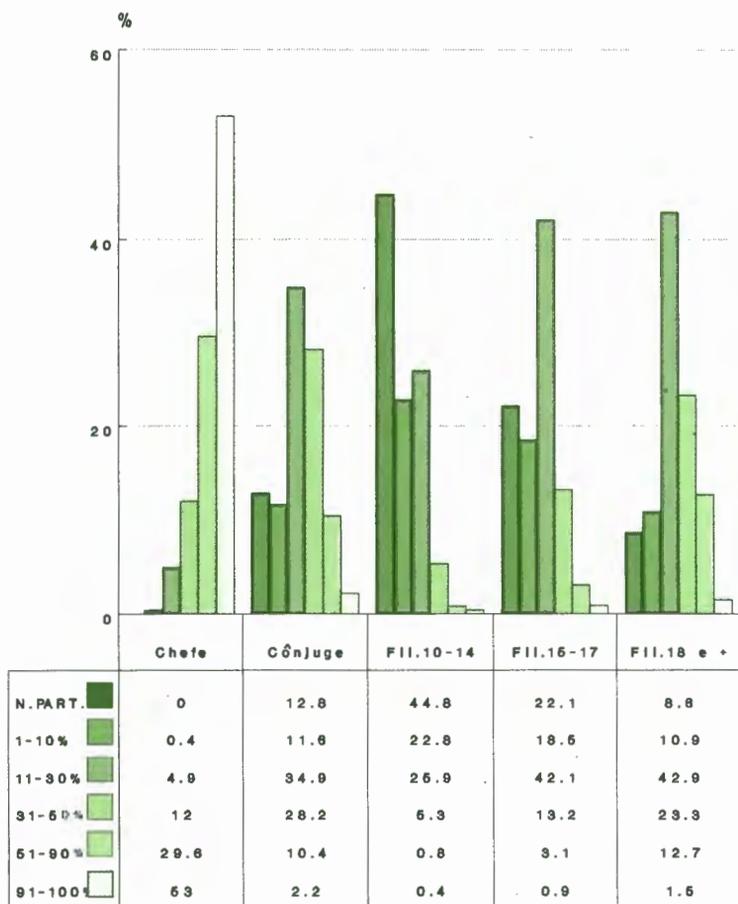


Fonte: PNAD

(*) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor real de 1981, tomando como deflator o INPC.



35. Pessoas ocupadas de 10 anos e mais por participação percentual no rend. fam. e condição na família - BR-1988



Brasil 1988 - PNAD

População total:		141 382 535	
	Total	Urbana	Rural
População de 0 a 17 anos	58 864 644	41 123 833	17 740 811
População de 0 a 6 anos	23 407 707	16 162 847	7 244 860
População de 7 a 14 anos	26 654 623	18 632 118	8 022 505
População de 15 a 17 anos	8 802 314	6 328 868	2 473 446
População de 0 a 17 anos	Norte	2 226 227	
	Nordeste	19 699 503	
	Sudeste	23 970 309	
	Sul	8 601 863	
	Centro-Oeste	4 366 742	

Pessoas de 0 a 17 anos por classes de rendimento mensal familiar *per capita* (em salário mínimo)

Sem rendimento até 1/4	916 337
+ de 1/4 a 1/2	13 629 586
+ de 1/2 a 1	13 446 013
+ de 1 a 2	13 334 243
+ de 2	9 268 679
	7 322 928

Pessoas economicamente ativas de 10 a 17 anos, por classes de rendimento mensal familiar *per capita* (em salário mínimo)

Total	7 228 814
Até 1/4	1 823 635
+ de 1/4 a 1/2	1 857 719
+ de 1/2 a 1	1 861 765
+ de 1 a 2	1 163 126
+ de 2	418 015
Sem declaração	104 554

Pessoas de 0 a 17 anos, por tipos de família

Casal com filhos	43 323 730
Casal com filhos e parentes	6 146 027
Mulher sem cônjuge, com filhos	5 627 652

Pessoas de 5 a 17 anos que freqüentam escola

5 e 6 anos	3 261 741
7 a 9 anos	9 001 142
10 a 14 anos	13 366 067
15 a 17 anos	4 776 293

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos com carteira assinada pelo empregador

Total	1 143 270
-------	-----------

Pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escola, por Grandes Regiões

Norte	879 514
Nordeste	6 878 070
Sudeste	9 615 095
Sul	3 306 085
Centro-Oeste	1 688 445

Pessoas economicamente ativas de 10 a 17 anos, por Grandes Regiões

Norte	168 566
Nordeste	2 433 365
Sudeste	2 734 750
Sul	1 338 581
Centro-Oeste	553 552

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por número de horas trabalhadas

Total	6 973 314
Até 20 horas	873 338
De 21 a 39 horas	1 457 605
40 horas ou mais	4 637 429

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por ramos de atividade

Agricultura	2 933 716
Indústria	875 147
Construção civil	295 201
Comércio de mercadorias	792 093
Prestação de serviços	1 479 847
Outros	619 392

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por posição na ocupação

Empregados	4 467 514
Empregadores	1 867
Conta-própria	455 459
Não-remunerados	2 070 556

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos

Total	6 995 396
10 a 14 anos	2 846 715
15 a 17 anos	4 148 681

Pessoas de 0 a 17 anos, por condição na família

Chefe	90 947
Cônjuge	329 966
Filho	54 942 055
Outro parente	3 027 755
Agregado	216 555
Pensionista	10 067
Empregado doméstico	217 169
Parente do empregado doméstico	14 321

Pessoas de 0 a 17 anos, por cor

Branca	30 220 259
Preta	2 994 649
Parda	25 426 902
Amarela	206 856

Pessoas analfabetas de 7 a 17 anos

Total	7 709 010
7 a 9 anos	4 342 279
10 a 14 anos	2 579 766
15 a 17 anos	867 965

Lista de Tabelas Disponíveis

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
A. Dados Gerais			
A. 1	População residente, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
A. 2	População residente de 0 a 17 anos, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
A. 3	População residente, por cor, segundo a situação do domicílio e idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. Condições Sócio-Econômicas			
B. 1	Famílias e pessoas residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo a situação do domicílio e grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 2	Pessoas de 0 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, segundo a situação do domicílio e a condição da pessoa no domicílio e na família	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 3	Famílias e pessoas de 0 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e o tipo de unidade doméstica	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 4	Pessoas de 0 a 17 anos de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo a cor e o tipo de unidade doméstica	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
-------------	---------	-------	--------------------

C. Saúde

C. 1	Número de óbitos e mortalidade proporcional por sexo e idade, segundo causas básicas	Ministério da Saúde	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
------	--	---------------------	------------------------------------

D. Educação Pré-Escolar

D. 1	Matrícula inicial por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
------	-----------------------------	------	------------------------------------

D. 2	Matrícula final por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
------	---------------------------	------	------------------------------------

D. 3	Taxa de escolarização por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
------	---------------------------------	------	------------------------------------

E. Educação

E. 1	Matrícula inicial por idade, segundo a série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
------	--	------	--

E. 2	Matrícula final por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
------	---------------------------	------	--

E. 3	Taxa de distorção série-idade para menores de 18 anos por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
------	---	------	--

E. 4	Taxa de evasão imediata por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
------	-----------------------------------	------	--

E. 5	Taxa de aprovação por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
------	-----------------------------	------	--

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
E. 6	Distribuição percentual de concluintes, por idade	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 7	Taxa de repetência por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 8	Taxa de conclusão-coorte	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 9	Pessoas de 5 a 17 anos, por grupos de idade e sexo, segundo a situação do domicílio e a condição de freqüência à escola	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.10	Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e freqüência à escola, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.11	Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação de trabalho e freqüência à escola, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.12	Pessoas de 5 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e a condição de freqüência à escola	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.13	Pessoas de 5 a 17 anos, por condição de freqüência à escola e série freqüentada, segundo a situação do domicílio e a idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.14	Pessoas de 5 a 17 anos, por condição de freqüência à escola e adequação à série freqüentada, segundo a situação do domicílio e a idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
E.15	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a cor e a condição de freqüência à escola	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.16	Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 a 17 anos, segundo a situação do domicílio	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

F.Trabalho

F.1	Pessoas de 10 anos e mais, por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e grupos de idade	PME	RMs
F.2	Pessoas não economicamente ativas na semana, por grupos de idade, segundo a condição de inatividade e os anos de estudo	PME	RMs
F.3	Pessoas ocupadas, por grupos de idade, segundo o sexo e os ramos de atividade	PME	RMs
F.4	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência, por grupos de idade, segundo os anos de estudo	PME	RMs
F.5	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência, por grupos de idade, segundo o tempo de procura de trabalho	PME	RMs
F.6	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência e já trabalharam antes com remuneração, por grupos de idade, segundo os ramos de atividade do último trabalho remunerado	PME	RMs
F.7	Pessoas de 10 a 17 anos e taxas de atividade, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e os anos de estudo	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

N ^o de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
F. 8	Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares e taxas de atividade, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F. 9	Pessoas de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares e taxas de atividade, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo a situação do domicílio e a condição na família	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.10	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e os ramos de atividade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.11	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal do trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de idade e as dez ocupações mais freqüentes	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.12	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e a posição na ocupação	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.13	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.14	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.15	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por situação do domicílio e sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
F.16	Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares, por participação percentual no rendimento mensal familiar, segundo a situação do domicílio, classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e a condição na família	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.17	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal, por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de ocupação mais freqüentes	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.18	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo o sexo e os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.19	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo a situação do domicílio e sexo	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.20	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio, por sexo, segundo a situação do domicílio e a posição na ocupação	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.21	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos de idade, por cor, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.22	Empregos em 31/12, segundo faixa etária, sexo e área geográfica por setor de atividade econômica	RAIS	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.23	Salário contratual médio dos empregados em 31/12, segundo faixa etária, sexo e setor de atividade econômica por área geográfica	RAIS	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
-------------	---------	-------	--------------------

G. Condições do Domicílio

G.1	Pessoas de 0 a 17 anos de idade, residentes em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas características do domicílio	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
-----	---	------	------------------------------------

Para obtenção das tabelas disponíveis, dirigir-se ao:

Ministério da Saúde
 Roberto Becker
 Fundação Nacional da Saúde
 Esplanada dos Ministérios - Bl.G - sala 829
 CEP 70058 - Brasília - DF
 Tel.: (061)224-0847 - Telex: (061)3422 SG

IBGE (para as tabelas da PNAD e PME aqui relacionadas)
 Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - DEISO
 Rosa Maria Ribeiro da Silva
 Rua Visconde de Niterói, 1246 - Bl.B - 11º andar
 CEP 20941 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (021)284-6674 - Telex: (021)31018

Ministério da Educação
 CIP/SEEC
 Eliseu Francisco Calsing e Jorge Rondelli
 Esplanada dos Ministérios - Bl.L - Anexo 2 - Térreo s/15
 CEP 70047 - Brasília - DF
 Tel.: (061)214-8944 - Telex: (061)1068

Ministério do Trabalho e Previdência Social
 Marcia Facchina e Alfonso Arias
 Esplanada dos Ministérios - Bloco F
 CEP 70059 - Brasília - DF
 Tel.: (061)226-1282 - Telex: (061)1798

Sobre as fontes:

Os dados utilizados nesta publicação foram obtidos através de tabulações especiais oriundas das seguintes fontes produtoras:

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Ministério do Trabalho e Previdência Social - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Ministério da Educação- Coordenadoria de Informações para Planejamento - CIP/SEEC

Ministério da Saúde- Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

